



Manual de Práticas Sustentáveis de Cordão Verde



5	<u>1. JUSTIFICAÇÃO E ANTECEDENTES</u>
11	<u>2. OBJECTIVOS</u>
15	<u>3. APRESENTAÇÃO</u>
15	3.1. O que é um Manual de Práticas Sustentáveis?
15	3.1.1. Objectivos
16	3.1.2. Destinatários
16	3.1.3. Estrutura
19	<u>4. BLOCOS DE CONTEÚDOS</u>
19	4.1. Bloco 1: Situação ambiental actual do território de Cordão Verde
19	4.1.1. Características comuns
20	4.1.2. Características ambientais das regiões de Cordão Verde
29	4.1.3. Resumo da problemática ambiental do território de Cordão Verde
31	4.2. Bloco 2: Actuação responsável das Administrações Públicas
31	4.2.1. Âmbito geral de actuação meio-ambiental das Administrações Públicas
33	4.2.2. Administração regional, provincial e local
36	4.2.3. Actuações específicas nos territórios de Cordão Verde
39	4.2.4. Novas experiências sustentáveis na prevenção de incêndios e regeneração florestal
44	4.2.5. Actuação da Administração na prevenção de incêndios
45	4.3. Bloco 3: Actuação responsável de privados
45	4.3.1. Caracterização de propriedades
46	4.3.2. Actividades económicas do território
58	4.3.3. Novas práticas sustentáveis
59	4.3.4. Actuação dos privados na prevenção de incêndios
61	4.4. Bloco 4: Desenvolvimento Sustentável
61	4.4.1. Turismo Sustentável
65	4.4.2. Agricultura e pecuária ecológica
71	<u>5. NORMAS DE BOAS PRÁTICAS PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</u>
71	5.1. Desenvolvimento das medidas para atingi-lo
71	5.1.1. Gestão de recursos
72	5.1.2. Consumo de produtos
72	5.1.3. Gestão de poluição e resíduos
74	<u>6. SEPARATA: CONCLUSÕES DO I SEMINÁRIO CORDÃO VERDE PARA O SUDOESTE DA PENÍNSULA IBÉRICA</u>
74	6.1. I Edição: Turismo Sustentável
77	6.2. II Edição: Produção Ecológica

Edita: GDR Corredor de la Plata, Grupo Coordinador do Projecto de Cooperação Interterritorial
“Cordão Verde para o Sudoeste da Península Ibérica”.

Desenho de conteúdos: Grupo Lógica S.L.: La Casa Inglesa S.Coop.And. e Dinamo Cultura S.L.

Desenho e maquetação: TLM Comunicación.

Impressão: Axioma Comunicaciones S.L.

As imagens utilizadas pertencem ao arquivo gráfico dos Grupos de Desenvolvimento Rural e Associações participantes no Projecto de Cooperação Interterritorial *“Cordão Verde para o Sudoeste da Península Ibérica”.*





1. JUSTIFICAÇÃO E ANTECEDENTES

Os incêndios florestais dos últimos anos têm causado um grande alarme social, a nível Nacional e Europeu, já que são milhares de hectares arrasados pelo fogo cada Verão. As perdas são de muitas índoles, mas a sequela que deixa na sociedade é similar em todos os casos: um grande impacto.

Devido ao incêndio originado no Verão de 2004 na zona do Madroño-Riotinto e que assolou o sudoeste peninsular, os Grupos de Desenvolvimento Rural pertencentes às regiões afectadas pelo desastre natural, agimos com o objectivo de oferecer a nossa experiência e actuação para contribuir com a recuperação socioeconómica dos nossos territórios. **Corredor de la Plata, Aljarafe-Do-**

ñana, Condado de Huelva, Cuenca Minera de Rio Tinto e Andévalo Ocidental de Huelva, em um primeiro momento, foram os agentes de uma iniciativa comum que se materializou na assinatura de um Convénio com a Conselheria de Agricultura e Pesca da Junta de Andaluzia em Dezembro de 2004.

Embora as Administrações públicas já tivessem posto em funcionamento diversos planos destinados a paliar as consequências ambientais e socioeconómicas, derivadas do incêndio florestal, os Grupos de Desenvolvimento Rural afectados implicámo-nos na tarefa de concientizar à população sobre o desastre que supõe um incêndio.



Em Portugal, a situação era muito parecida à vida em Espanha. Tendo conhecimento das acções propostas pelos grupos espanhóis, produziu-se um encontro com o Grupo do Algarve **In Loco** e do Baixo Alentejo - **Terras do Baixo Guadiana**, que já tinham começado a trabalhar desde LEADER II em acções para um Cordão Verde I e II, no sul de Portugal, como meio para a conscientização da população e das administrações públicas, na necessidade de conservar o nosso património natural. Finalmente, os grupos de ambas nacionalidades assinámos o Protocolo de Cooperação para o “Cordão Verde para o Sudoeste da Península Ibérica” III.



A Acção Conjunta de Cooperação “*Cordão Verde para o Sudoeste da Península Ibérica*” é um projecto que está a ser realizado pelo GDR Corredor de la Plata, como Grupo Coordenador, junto com os outros seis Grupos ou Associações de Desenvolvimento Rural, em virtude da subvenção recebida para a realização de Acções Conjuntas

de Cooperação no âmbito do Programa Regional “Leader Plus” de Andaluzia. Este projecto compreende-se desde a necessidade das regiões afectadas pelo terrível incêndio florestal ocorrido no dia 27 de julho de 2004 nas províncias de Huelva e Sevilha, de contribuir com os instrumentos existentes ao seu alcance a atenuar as necessidades de ajuda detectadas nas zonas incendiadas

Por conseguinte, após constituir um laço de união, ou um **cordão verde**, entre as regiões afectadas, proclama-se o objectivo prioritário de que todas “as nossas acções, acções e propostas vão encaminhadas a tarefas de sensibilização da população e de conscientização da cidadania sobre as consequências reais dos incêndios para as regiões, e chamar a atenção das administrações para uma melhor gestão dos recursos naturais e a análise das verdadeiras causas que causam os incêndios. A estrutura criada ficará ao serviço da Administração Pública para seu uso e actualização, contribuindo assim, não só à dinamização social, senão a criar sedimentos de conscientização e mentalidade de conservação de uma natureza que nos pertence a todos e todas. Oferecer em definitiva uma nova esperança de **vida sobre fogo**”.

Partindo desta base, estabelecem-se quatro linhas de actuação claramente definidas, em torno às quais giram todas as acções propostas, em execução ou já realizadas:

- 1.A Água, como recurso hídrico a valorizar em um espaço natural vertebrado pelas bacias fluviais do Guadiana, Tinto, Odiel e Guadiamar.

2.O Turismo Sustentável, como alternativa empresarial e de lazer em um espaço natural afectado por catástrofes ambientais, como os incêndios florestais e o derramamento tóxico de Aznalcóllar, e influenciado pelos processos estruturais e económicos livrados pela recessão económica da mineração metálica.

3.A Pastagem, como modelo de gestão sustentável que deve ser fomentada e promovida, ao propiciar importantes valores ambientais pela conjugação do manejo agro-silvo-pastoril.

4. A importância da Produção Ecológica no nosso meio natural.

De maneira transversal actua-se sobre os “hábitos e boas práticas para paliar a Mudança Climática”

Entre as acções do projecto “Cordão Verde” encontra-se a criação deste Manual de Práticas

Sustentáveis de Cordão Verde com o fim de expor um enfoque integrador e de divulgação, e aprofundar nos comportamentos ambientais que devam observar os cidadãos, propiciando uma mudança de atitudes no desempenho das suas actividades profissionais, práticas quotidianas, e actuações lúdicas e de lazer.

Como actuação integradora e primordial do projecto, realizou-se o “I Seminário de Cordão Verde” seccionado em duas edições temáticas “Turismo Sustentável” e “Produção Ecológica” (SEPARATA). Foram constituídas como jornadas técnicas de trabalho, que ao mesmo tempo completavam de maneira anexa as outras linhas de actuação propostas sobre a pastagem e os recursos hídricos. Tinham como finalidade principal fixar os objectivos e estabelecer as medidas e actuações gerais a desenvolver no próximo plano de cooperação no âmbito de intervenção de Cordão Verde.







2. OBJECTIVOS



O objectivo fundamental do projecto Cordão Verde para o Sudoeste da Península Ibérica é a criação de uma “Estratégia Transfronteiriça para o desenvolvimento sustentável do Cordão Verde”. De maneira geral, pretende-se:

- Consolidar o âmbito de actuação do Cordão Verde do sudoeste peninsular através da constituição de novas linhas de trabalho diversificadas em torno ao âmbito territorial.
- Sensibilizar e concientizar à população em geral e às novas gerações em particular do valor meio-ambiental dos territórios e da necessidade de preservar a biodiversidade (especialmente dirigido a empresários locais unidos ao sector turístico e agro-pecuário, escolares e jovens, mulheres, associações cidadãs e entidades públicas locais.)

Como objectivos específicos podemos citar os seguintes:

- Fortalecer a rede de trabalho constituída chegando a conformar um partenariado sólido, utilizando os instrumentos, ferramentas, disposições e conhecimentos existentes nos Grupos de Desenvolvimento Rural para contribuir com a conservação ambiental.
- Dinamizar à população, especialmente aos jovens e mulheres, para que contribuam à sustentação do meio natural que lhes rodeia.
- Chamar a atenção de autoridades, entidades, instituições e da sociedade em geral, sobre a necessidade de cuidar o património ambiental endógeno, como valor adicionado para as populações rurais.



- Reactivar as economias domésticas potenciando actividades vinculadas ao turismo sustentável, à produção ecológica e à gestão racional do meio natural.
- Favorecer a cooperação, a troca de experiências e metodologias e as sinergias positivas que oferece o trabalho conjunto entre os Grupos de Desenvolvimento Rural envolvidos neste projecto.

Ao apresentar as zonas de actuação um alto interesse meio-ambiental, deve-se actuar para inverter as tendências de degradação social e física que sofrem estes territórios e reforçar as actuações de

restauração e regeneração das mesmas, tanto desde o ponto de vista económico como populacional. Persegue-se por tanto, a harmonização dos processos ecológicos e os processos socioeconómicos, de forma que permita criar as condições para um desenvolvimento sustentável a longo prazo.

Nesse sentido é orientado o “*Manual de Práticas Sustentáveis de Cordão Verde*”. As Boas Práticas expostas neste manual são úteis e simples de aplicar, tanto por sua simplicidade como pelos surpreendentes resultados que serão obtidos, contribuindo desta maneira a conseguir entre todos o Desenvolvimento Sustentável do território de Cordão Verde.







3. APRESENTAÇÃO

3.1. O que é um Manual de Práticas Sustentáveis?

O termo “Desenvolvimento Sustentável” aparece pela primeira vez no documento conhecido como Relatório Brundtland (1987), fruto dos trabalhos da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, e fica registado também no Princípio 3º da Declaração do Rio (1992). Segundo estes referentes, entende-se por desenvolvimento sustentável *“aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer as suas próprias necessidades”*.

Este manual apresenta um conjunto de medidas e actuações que devem ser aplicadas para conseguir o desenvolvimento sustentável da zona do Cordão Verde. Na elaboração das propostas, foram consideradas as conclusões extraídas da I e II edição do I Seminário Cordão Verde para o Sudoeste da Península Ibérica, que versaram sobre turismo sustentável e sobre produção ecológica respectivamente.

3.1.1. Objectivos

- Conhecer as características geológicas e ambientais das regiões integrantes do Cordão Verde, bem como a problemática meio-ambiental que lhes afecta.
- Difundir as políticas meio-ambientais que no âmbito do desenvolvimento sustentável estão

a promover as Administrações Públicas, tanto na área compreendida pelo Cordão Verde como fora dela.

- Propor acções concretas que possam ser realizadas pelas pessoas físicas e jurídicas que possuem propriedades rurais privadas no âmbito do Cordão Verde.
- Concientizar à sociedade da importância de iniciativas como o Turismo Sustentável e a Agricultura e Pecuária Ecológicas, e fomentar a sua participação activa, como turista e como consumidor.





3.1.2. Destinatários

O Manual de Práticas Sustentáveis pretende ser uma ferramenta para a Administração, empresas, técnicos, gestores, proprietários e cidadãos em geral.

3.1.3. Estrutura

O manual compõe-se de quatro grandes blocos:

- Bloco 1: Situação ambiental actual do território de Cordão Verde.
- Bloco 2: Actuação responsável das Administrações Públicas.
- Bloco 3: Actuação responsável de privados.
- Bloco 4: Desenvolvimento Sustentável.





4. BLOCOS DE CONTEÚDOS

4.1. Bloco 1: Situação ambiental actual do território de Cordão Verde

O território sobre o qual actua o projecto “Cordão Verde para o Sudoeste da Península Ibérica” representa um amplo espaço formado por um total de sete regiões, cinco delas em Espanha e duas em Portugal. Compreende toda a vertente ocidental da província de Sevilha, grande parte da província de Huelva e amplas zonas do Algarve e Baixo Alentejo. Estas regiões são: Aljarafe-Doñana, Andévalo Ocidental, Baixo Guadiana, Condado de Huelva, Corredor de la Plata, Cuenca Minera de Rio Tinto e Territórios cooperantes na Associação In Loco.



4.1.1. Características comuns

Desde o ponto de vista geológico encontramos entre estes territórios características comuns. A região do Corredor de la Plata, a Cuenca Minera de Huelva e a parte interior dos territórios do Baixo Guadiana correspondem-se com a borda mais meridional da Serra Morena, concretamente com a conhecida como Faixa Pirítica do Sudoeste Peninsular. É uma faixa de 230 Km de comprimento por uns 50 Km de largura, com umas características geológicas especiais, rica em depósitos de sulfuros, o que condicionou a história socioeconómica do território devido à exploração destes recursos e à extracção de metais como o cobre, o ouro ou a prata.

A outra grande unidade geomorfológica na que se desenvolvem os territórios do Cordão Verde é a chamada Depressão ou Vale do Guadalquivir, onde encontramos as regiões do Aljarafe-Doñana e o Condado de Huelva, marcadas pelos sistemas fluviais e endorréicos predominantes em todos os contrafortes de Doñana.

Por último a região do Andévalo Ocidental e os territórios cooperantes na Associação In Loco (Algarve), localizam-se em um espaço fronteiro entre ambos sistemas geológicos, onde há uma combinação de zonas íngremes com outras planas.

Outro dos elementos que definem estas áreas é o clima. Em toda a zona de trabalho de Cordão Verde encontramos o denominado “Clima Me-

diterrâneo Semi-continental de Verões quentes”, excepto nas zonas de costa, onde predomina o chamado “Clima Mediterrâneo Oceânico”.

Como é o “Clima Mediterrâneo Semi-continental de verões quentes?”

Caracteriza-se pelo predomínio de altas temperaturas no Verão e temperadas no Inverno. Trata-se de um clima quente e seco, com precipitações variáveis, sendo mais abundantes no Inverno e Primavera. As temperaturas médias oscilam entre os 28° C de Julho e Agosto, e os 10° C do Inverno, embora no Verão atinjam com facilidade máximas de entre 35 e 40° C. As precipitações costumam oscilar entre 750 – 500 mm.

Como é o “Clima Mediterrâneo Oceânico?”

É bastante similar ao clima “Mediterrâneo Semi-continental de Verões quentes”, embora as temperaturas sejam mais suaves tanto pelas noites como pelos dias, concentrando-se as precipitações no Inverno. As temperaturas médias oscilam entre os 10-25° C, destacando sobremaneira as mais de 3000 horas anuais de sol.

4.1.2. Características ambientais das regiões de Cordão Verde

Aljarafe-Doñana

Na borda sul-ocidental da província de Sevilha, onde se cruzam territórios e culturas, encontra-se a região do Aljarafe-Doñana. A sua posição geográfica privilegiada na Andaluzia Ocidental, entre as ribeiras do rio Guadalquivir e do seu afluente Guadiamar, o principal abastecedor das marismas de Doñana; o seu variado e rico potencial paisagístico e natural (cujo máximo expoente é o Espaço Natural de Doñana) e o seu rico acervo histórico e cultural, fizeram florescer localidades de fisionomia e alma tipicamente andaluzas, que concentram múltiplos atractivos naturais, históricos e culturais.

Tal como indica o seu nome, o território está diferenciado por dois espaços ou zoneamentos, com muitos elementos humanos, sociais e económicos em comum, ainda que com algumas diferenças paisagísticas, naturais e culturais. Na zona norte da região, o “Aljarafe”, predomina o verde oliváceo, com uma importante indústria agro-alimentar complementar, cujos produtos (o azeite e a azeitona), com fama mundial, começaram a ser exportados já na época dos Descobridores.

Pelo sul, completam e complementam esta parte do território as terras da Doñana sevilhana, onde se destacam a paisagem de marismas e o bosque mediterrâneo. Com cinco municípios situados no coração de um dos espaços naturais mais emble-



máticos da Europa, a zona contribui com 30% da sua superfície total para Doñana.

A região de Aljarafe-Doñana ocupa uma extensão total de 1.492 km² e conta com uma população de 101.085 habitantes (2008), reunindo um conjunto de 16 municípios (Albaida del Aljarafe, Almensilla, Aznalcázar, Benacazón, Bollullos de la Mitación, Carrión de los Céspedes, Castilleja del Campo, Huévar del Aljarafe, Isla Mayor, Olivares, Pilas, La Puebla del Río, Salteras, Sanlúcar la Mayor, Umbrete e Villamanrique de la Condesa).

São muitos os seus espaços naturais protegidos, entre os quais devemos destacar em primeiro lugar o **Espaço Natural de Doñana** (18.124 Ha. desta região estão incluídas no Parque Natural e 14.672 Ha. no Parque Nacional). Doñana, que é Património da Humanidade, Reserva da Biosfera e zona ZEPA (de Especial Protecção das Aves), entre outros reconhecimentos, reforça o atractivo turístico da zona, unido a um destino natural cheio de possibilidades. Para além disso, a riqueza de espécies de flora e fauna que conserva, bem como a particularidade e variedade das suas paisagens, convertem-no em um dos espaços naturais mais importantes do mundo.

A **Paragem Natural “Brazo del Este”** é outro dos espaços protegidos da região do Aljarafe-Doñana.

Está também declarado Zona de Especial Protecção de Aves (ZEPA) e lugar Ramsar. Apresenta uma vegetação típica de zonas húmidas, e na fauna destacam especialmente as aves migratórias, que com frequência utilizam estas zonas húmidas como habitat alternativo às marismas de Doñana.

A **Paisagem Protegida do Corredor Verde do Guadiana** percorre como faixa rural mais de 70 Km. através das terras do Aljarafe e Doñana. O visitante pode desfrutar do rico património natural da ribeira recuperada do rio, como também do património cultural dos diversos municípios que atravessa.

Um lugar privilegiado

La **Dehesa de Abajo** é uma propriedade da Câmara Municipal de La Puebla del Río, onde encontramos umas condições ambientais e ecológicas de grande interesse. Conta com uma representação de zambujeiros em bom estado vegetativo e, desde o ponto de vista faunístico, constitui um lugar excepcional para certos grupos biológicos. É uma zona de nidificação da maioria das aves de rapina e outras aves do meio de Doñana, e destaca-se a sua colónia de cegonha branca.

Avistamento de aves

“**La Cañada de los Pájaros**” é uma propriedade privada, que foi declarada Reserva Natural Concertada em 1991. Trata-se de uma zona húmida que recebe um grande número de aves e desenvolve um trabalho importante na educação ambiental e uma determinante colaboração em programas de criação em cativeiro de espécies ameaçadas.

Andévalo Ocidental

A região de Andévalo ocidental apresenta-se como uma zona pouco povoada. Apesar da importância que no passado tiveram as explorações mineiras, na actualidade a repercussão desta actividade é nula, predominando a pecuária, agricultura, algumas indústrias e recentemente o turismo.

A paisagem que encontramos está dominada pela pastagem, com espécies como o sobreiro e a azinheira, mas também devemos destacar a existência de abundantes zonas arborizadas e pinhais.



A água tem um papel fundamental na paisagem deste território. Três rios que banham estas terras são de grande importância. O mais oriental é o rio Tinto, mais unido talvez à bacia mineira, pela sua relação com a indústria e pela sua paisagem ferruginosa característica ligada às explorações de ferro. O rio Odiel atravessa de norte a sul a região, oferecendo paisagens também muito características, embora não tão áridas como as do Tinto. Por último destacaremos o rio Guadiana, fronteira natural com Portugal, de presença imponente e que origina paisagens mais frondosas do que os anteriores.



Os usos destas terras são variados -como já se comentou- embora abunde a pastagem, utilizada principalmente como exploração suína, destacam-se também as zonas de caça. Estamos numa região de grande tradição cinegética, com uma alta actividade tanto por parte dos mesmos vizinhos como por parte de um turismo cinegético de zonas próximas.

Natureza e lazer

No município de Valverde del Camino encontramos o **Parque Periurbano “El Saltillo y Lomero Llano”**, um espaço natural tradicionalmente utilizado pelos habitantes como zona de recreação e lazer. Apresenta uma vegetação tipicamente mediterrânea, destacando o pinheiro, o sobreiro e a azinheira, como também a fauna típica deste ecossistema.

Caminhada por Andévalo

Por este espaço decorre parte da **“Via Verde dos Moinhos da Água”**, que aproveita o trilho de um antigo comboio mineiro para oferecer um caminho que atravessa grande parte da zona. Ao longo dos 36 Km. do percurso podemos desfrutar de uma grande riqueza e variedade paisagística e cultural, destacando as ribeiras do Tinto e do Odiel, os moinhos de água de Beas, as casas inglesas da exploração mineira de Valverde, como também as calçadas e minas romanas da zona.

Baixo Guadiana

O rio Guadiana apresenta-se, no seu trecho baixo, como fronteira natural entre Espanha e Portugal. A região do Baixo Guadiana representa a todas as terras da margem portuguesa do rio no trecho mais próximo à desembocadura. Trata-se de um território com uma paisagem caracterizada pelas suaves colinas criadas pelo próprio leito do rio. Desde o ponto de vista meio-ambiental e paisa-

gístico, estamos perante um dos trechos de desembocadura fluvial melhor conservados da Península Ibérica, porém nos últimos anos a pressão especulativa do sector imobiliário tem arriscado a conservação desta paisagem.

A zona do baixo Guadiana é eminentemente florestal. O solo urbano e agrícola é uma excepção, embora se observe uma maior expansão, às vezes especulativa, destas utilizações do solo. A azinheira e a vegetação de monte baixo são as espécies mais comuns devido aos seus solos pobres, ao clima semi-árido e ao histórico desflorestamento da zona, embora se possa encontrar também vegetação ribeirinha. Os cultivos mais comuns neste território são os de frutos secos e de cereal, existindo também olival, ainda que em menor quantidade. As pastagens apresentam um uso maioritariamente cinegético.



No passado, estas terras viveram um esplendor passageiro devido ao auge da mineração, não obstante, a partir dos anos 60 este sector entrou em decadência, e actualmente está completamente desaparecido. Uma situação similar sucede com a pecuária. Estamos em uma zona tradicional de pastoreio, mas que progressivamente foi reduzindo-se, passando a explorações suínas.

A zona do Baixo Guadiana é uma das de menor densidade de população de toda a União Europeia.

Na margem portuguesa do rio Guadiana, encontramos os espaços protegidos do “**Parque Natural Vale do Guadiana**” e a “**Reserva Natural do Sapal de Castro Marim**”. Toda a ribeira, tanto portuguesa como espanhola, está integrada na Rede Natura 2000

Parque Natural Vale do Guadiana

Este parque está situado no Alentejo, a maior parte dentro do Concelho de Mértola. Devido à sua extensão, o parque compreende uma grande diversidade de habitats, além de grandes extensões agrícolas de gramíneas e olivais. Destacam também áreas florestais de azinheiras, pinheiros e sobreiros, como também zonas mistas como as pastagens. Na sua fauna podemos encontrar espécies de grande valor como a lontra, o lince, a gineta, o gato bravo, o gamo, o javali, a águia real, o abutre negro ou a coruja real, entre outras.

Outro dos aspectos mais destacados desta zona é o seu rico património cultural. Sem dúvida a condição de espaço fronteiro marcou a tradição cultural e o património das populações da zona, o que se observa nos restos de fortalezas e muralhas. Muito destacáveis são também os moinhos de vento que ainda se conservam, bem como o rico património arqueológico e etnológico.

Nesse sentido o artesanato do lugar apresenta umas características especiais, encontrando uma rica tradição no trabalho da cestaria nos seus diversos tipos, como também uma tradição têxtil, ainda conservada em alguns lugares.

Condado de Huelva

A região do Condado de Huelva ocupa uns 2.756 km², nos quais se situam diversos municípios com uma importante densidade de população e campos de cultura, além de marismas, pinhais e dezenas de quilómetros de praias.





A principal actividade económica destas terras é a agricultura, dedicada aos cultivos de tipo mediterrâneo, como os cereais, o olival e muito especialmente a videira, que está a ter uma grande importância no desenvolvimento socioeconómico da região, através das denominações de origem do vinho “Condado de Huelva” e “Vinagre do Condado de Huelva”. Também é importante o cultivo de frutíferos, principalmente o morango e a framboesa.

Desde o ponto de vista meio-ambiental, Doñana é o espaço que tem um maior protagonismo na região, já que 63% da superfície total do Espaço Natural se situa nas terras do Condado. O Parque Nacional e o Parque Natural de Doñana têm quase 110.000 Ha. de extensão, conjuntamente, e contam uma variedade de ecossistemas: lagoas e marismas costeiras, dunas móveis, praia, matagal mediterrâneo, pinhais e faixa costeira, dunas fósseis e marismas transformadas. Está declarado Reserva da Biosfera, e acolhe diversas zonas de especial protecção de aves (ZEPA). O Parque Nacional de Doñana está declarado, também, Património da Humanidade pela UNESCO.

A riqueza de espécies de flora e fauna, bem como a particularidade e variedade da paisagem, convertem-no em um dos mais importantes espaços naturais do mundo.

Através das vias de comunicação desta zona acede-se a alguns dos mais importantes Centros de Visitantes de Doñana, como são **“El Acebrón”, “La Rocina”** ou **“El Acebuche”**.

Monumento Natural Alcantilado do Asperillo

Situado no município de Almonte, no meio de Doñana e com uma espectacular paisagem da praia ao fundo. Trata-se de uma extensão de dunas litorais semi-estáveis dispostas em paralelo à estrada A-494 (Matalascañas - Huelva). É o alcantilado deste tipo mais alto da Europa.

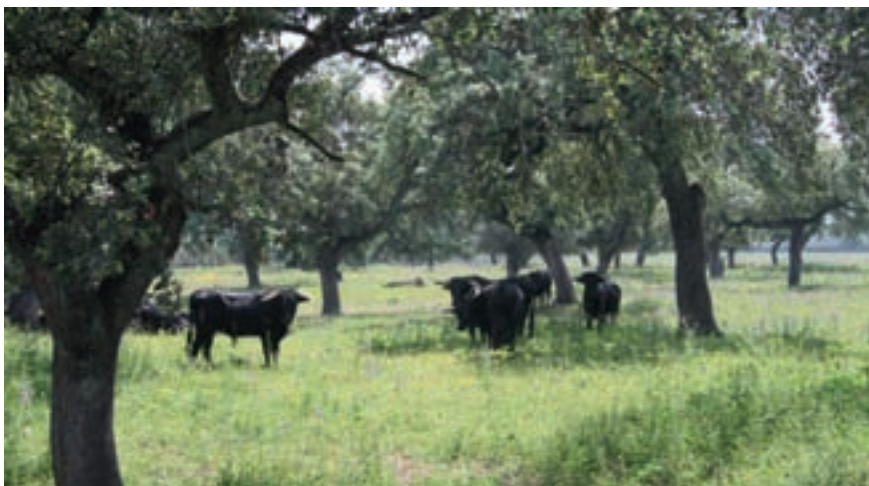
Monumento Natural Acebuches do Rocío

Localizado na aldeia do mesmo nome, é um exemplo de um tipo de bosque originário da zona de Doñana, que se conservou no centro da aldeia.

Além dos espaços anteriormente mencionados, podemos destacar outros como a **“Paragem Natural da Lagoa de Palos y las Madres”**; a **“Paragem Natural Estero de Domingo Rubio”** entre Palos de la Frontera e Moguer; a **“Paisagem Protegida de Rio Tinto”** em Paterna del Campo, La Palma del Condado, Villarrasa e Niebla; e a paragem **“La Pata del Caballo”** em Escacena del Campo.

Corredor de la Plata

A região do Corredor de la Plata situa-se na zona norte-ocidental da província de Sevilha, e faz parte de uma ampla zona protegida da Serra Morena. Limita com dois parques naturais de grande importância: o Parque Natural Serra Norte de Sevilha, e o Parque Natural Serra de Aracena e Picos de Aroche na província de Huelva, formando um corredor natural entre as províncias de Sevilha e Huelva e a comunidade Extremadura.



Predominam os solos pardos sobre granito e ardósia. É a azinheira a árvore que tem maior protagonismo na região, embora quase sempre apareça acompanhada em menor quantidade do sobreiro. Os arbustos são os que melhor se adaptaram às características do solo. Encontramos uma grande variedade de espécies, destacando principalmente o alecrim, o tomilho, o medronheiro, entre outros.

Integram-se nesta paisagem os aproveitamentos agrícolas, de gado e florestais, destacando no Corredor de la Plata a pastagem utilizada como habitat do touro de lida, muito abundante na zona. A cortiça, a lenha, as terras lavradas, a apicultura ou as plantas aromáticas são outros recursos complementares. Para além da pastagem devemos destacar a existência de outros modelos paisagísticos, como as zonas de repovoação florestal, o monte baixo ou o bosque de ribeira, que limita os rios que fluem pela região.

Sem dúvida, a água é outro dos recursos protagonista destas terras. Destacam pela sua importância o rio Guadiana, o rio Vía, o Rivera de Huelva ou o Rivera de Cala. Em muitos deles foram realizadas, ao longo do s. XX, infra-estruturas hídricas que deixaram como resultado a existência de açudes, como o de “La Minilla” no Rivera de Huelva, o de Castilblanco no Rivera de Cala, ou o de Aznalcóllar, no rio Agrio. Não devemos deixar de destacar os Lagos do Serrano, nos municípios de El Ronquillo e Guillena, que ademais são um espaço de recreação popular.

Monumento Natural Encina de los Perros

Situado no município de El Madroño, trata-se de um magnífico exemplar de azinheira, com um tronco de mais de um metro de diâmetro, mais de dezasseis metros de altura e um diâmetro de copa de quase vinte e nove metros. A monumentalidade da árvore, bem como a riqueza paisagística que o envolve, transformam-no num recurso natural singular.



Cuenca Minera

Compreende um conjunto de sete municípios com um total de 642 km². Desde o ponto de vista geológico, a zona situa-se na chamada Faixa Pirítica do Sudoeste Peninsular, onde, ao longo da história, existiram algumas das mais importantes explorações de cobre e de pirite de todo o mundo. Sem dúvida, a paisagem destas terras está condicionada pelas impressionantes minas a céu aberto, como Cerro Colorado, Peña do Hierro ou Corta Atalaya.



Devemos incluir nesta interessante paisagem importantes restos de arquitectura e engenharia unidas à indústria, que hoje se revelam como interessantes espaços culturais onde estudar e difundir a tradição e técnicas mineiras. Destacam, sobretudo, os restos do transporte ferroviário e as moradas de estilo britânico das empresas exploradoras das minas.

A “**Paisagem protegida do Rio Tinto**” é talvez o espaço mais espectacular da Cuenca Minera. Com esta declaração pretendeu-se proteger a riqueza geomorfológica originada pela actividade mineira, manter as peculiares características das águas e garantir o deslocamento da fauna silvestre entre os espaços naturais que liga, além de conservar os sistemas naturais existentes no seu âmbito territorial. Do mesmo modo procurou-se regenerar os espaços mais degradados sem alterar as singularidades do curso fluvial e do seu meio, e ampliar a dotação de instalações de uso público

Recentemente a Montera de Gossan em Nerva foi declarada Monumento Natural.

Monumento Natural Acebuche del Espinillo.

Situado em Zalamea la Real, representa um dos exemplares mais antigos desta espécie em Andaluzia. As suas dimensões, a sua morfologia e a paisagem que o circunda, convertem-no num elemento de grande interesse.

Serra de Berrocal

Paragem conhecida pela sua grande variedade de flora e fauna. É um lugar muito apropriado para o avistamento de aves de rapina, além de mamíferos como o javali, o veado, o furão, o gato bravo ou a gineta.



Territórios cooperantes na Associação In Loco.

A Associação In Loco desenvolve o seu trabalho nos territórios rurais (sobretudo do interior) da região portuguesa do Algarve. Além dos centros turísticos de praia nascidos com a explosão do turismo de sol e praia dos anos 70, o Algarve apresenta uma grande riqueza natural e cultural

Os espaços naturais mais representativos destes territórios são a Serra de Caldeirão e a Serra de Monchique. A **Serra de Caldeirão** situa-se no nordeste da região e é uma serra ondulada e com pouca altura, que se caracteriza pela alternância

da pastagem de sobreiros, pinhais e campos de cultivo de trigo e cevada. Além da agricultura, ainda podemos encontrar nesta região exemplos de pastoreio, bem como alguns moinhos artesanais em funcionamento. Do mesmo modo, também a indústria da cortiça tem uma grande importância.

Desde o ponto de vista etnográfico, devemos destacar a particularidade da arquitectura popular, bem como a gastronomia tradicional que pode ser degustada em alguns estabelecimentos.

Existem muitos trilhos para caminhada na Serra de Caldeirão, desenvolvidas pela rede de percursos pedestres de Tavira.



A **Serra de Monchique** é o outro grande espaço natural do Algarve interior. Trata-se de uma serra um pouco mais abrupta do que a anterior, com mais altura média, e com o pico mais alto do Algarve e um dos mais altos de Portugal, o Pico Fóia, com 902 m. de altitude. A presença de vários aquíferos de certa importância, bem como a alta humidade e o alto

nível de precipitações, faz com que esta zona apresente uma grande exuberância vegetal e por tanto uma grande variedade faunística, sendo esta a sua característica principal.

4.1.3. Resumo da problemática ambiental do território de Cordão Verde

A zona em questão conta com um alto nível de biodiversidade e de riqueza ambiental, mas apresenta diversas afecções ambientais que, embora sejam de carácter global, afectam de maneira específica aos territórios de Andaluzia ocidental e o sudeste português. Falamos de problemas como os provocados pela mudança climática, a seca, o desflorestamento, a pressão urbanística e, especialmente, a contínua ameaça dos incêndios florestais.

Como já sabemos, a paisagem predominante nestes territórios é a pastagem. Trata-se de um sistema agrário de alto valor natural, citado especificamente no Regulamento Europeu de Desenvolvimento Rural. Na pastagem o solo apresenta um uso dedicado simultaneamente ao gado, à caça menor, e à produção de lenha, carvão ou cortiça. Estas utilizações criaram uma paisagem de um alto equilíbrio onde se combina o pasto baixo com o arvoredo, principalmente azinheira e sobreiro. No entanto, nos últimos anos as mudanças de hábitos do ser humano, e especialmente a sua relação com o monte, as variações nas explorações de gado, nas técnicas de pastoreio e os sistemas de fertilização, modificaram por completo o funcionamento do monte, produzindo-se um desequilíbrio que é necessário atalhar.

Outro elemento de pressão ambiental é o que se refere aos **sistemas de produção agrícola forçados**. Mediante a utilização de sofisticados sistemas de irrigação e emprego de fertilizantes ocuparam espaços de marismas ressecadas e terrenos arenosos que até então eram considerados improdutivos. O problema surge quando se abusa deste sistema agrícola e, na procura de novas terras cultiváveis, destroem-se bosques e marismas. Em várias ocasiões os aquíferos da zona resultaram poluídos, demonstrando assim os excessos cometidos pelo homem na sua ânsia de obter proveito.



Estamos sem dúvida perante um elemento de risco para o equilíbrio de uma das zonas mais delicadas e privilegiadas de toda a Europa, o Parque Natural de Doñana, razão pela qual as administrações começaram a trabalhar para conhecer melhor os impactos destes cultivos e proceder a executar as correspondentes medidas correctoras.

Não podemos esquecer a **pressão urbanística** à qual estão submetidas as costas dos territórios de Cordão Verde. Se há algumas décadas o avanço das zonas urbanizadas era o grande perigo, agora os campos de golfe converteram-se na nova ameaça, que se estende especialmente pela zona do baixo Guadiana. Existem mais de uma dezena de projectos de campos de golfe urbanizados em ambas margens do rio, entre El Granado e Ayamonte, algo que sem dúvida ameaça com mudar totalmente uma das paisagens mais privilegiadas do nosso território.

Os processos de **desertificação** derivados da sobreexploração dos recursos naturais é outro dos assuntos que deveria preocupar-nos, pois conduz a um desflorestamento progressivo do território, que afecta também à fauna associada, e à consequente perda das suas características definitórias.

Para além dos problemas ambientais comentados, e de muitos outros que em menor ou maior grau afectam aos territórios de Cordão Verde,

existe uma problemática perante a qual devemos ser especialmente sensíveis pela capacidade de destruição que possui: os **incêndios florestais**. O impacto produzido por um incêndio das características do ocorrido no ano 2004 em Minas de Rio Tinto sobre o território e sobre a população é catastrófico. Depois de um incêndio florestal a perda ecológica é irreparável. Perdem-se vidas animais e vegetais, e em muitas ocasiões também vidas humanas. Muitos dos meios de subsistência da população são destruídos, e quando se depende directamente do território afectado, a sua recuperação demorar-se-á anos. Isto origina uma difícil situação de trabalho e economia para muitas famílias. Por outro lado, estão os prejuízos materiais causados, que com frequência afectam às moradas dos habitantes ou aos estabelecimentos comerciais da zona. E se acrescentamos os gastos públicos gerados posteriormente e os impactos psicológicos causados nas pessoas, concluímos que estamos diante de um verdadeiro drama ecológico, social e pessoal.

As causas que originam um incêndio destas características são muitas e variadas, e com frequência incidem várias de maneira simultânea. Contudo na maioria dos casos a actuação do homem costuma ser a causa, tanto directa como indirectamente. Por este motivo é imprescindível que a população conheça os riscos que determinadas acções, que a priori parecem inócuas, supõem para o meio ambiente.

4.2. Bloco 2: Actuação responsável das Administrações Públicas

4.2.1. Âmbito geral de actuação meio-ambiental das Administrações Públicas

O Ministério de Meio Ambiente e Meio Rural e Marinho assume as responsabilidades do Estado vinculadas ao meio natural, na dupla vertente de protecção do território e da biodiversidade, e de promoção e defesa dos factores produtivos agrícolas, pecuários, florestais, pesqueiros e alimentares, desde uma perspectiva integral, desenvolvendo políticas de protecção ambiental e de sustentabilidade do meio rural.

No que se refere à região da comunidade autónoma, a Conselheria de Meio Ambiente da Junta de Andaluzia realiza a gestão geral do meio ambiente no território andaluz, através de uma articulação de políticas ambientais específicas. São estas políticas regionais as que influem de uma maneira mais directa e clara na gestão ambiental dos territórios.

A articulação destas políticas desenvolve-se através de um esquema operativo que permite gerir de maneira particular cada um dos espaços ambientais da comunidade autónoma. Os documentos operativos mais importantes deste esquema são os seguintes:

A. Estratégias

São documentos complexos onde se definem amplos parâmetros de actuação referentes aos principais temas meio-ambientais. Fixam as linhas básicas a seguir em cada um dos planos e actuações que se desenvolvem. Na actualidade encontramos em Andaluzia quatro estratégias de actuação:

- Estratégia Andaluza de Desenvolvimento Sustentável
- Estratégia Andaluza de Educação Ambiental.
- Estratégia Andaluza perante a Mudança Climática.
- Estratégia Andaluza de Gestão Integrada de Zonas Costeiras.



B. Planos do Meio Natural

São documentos onde se registam os âmbitos e normas de actuação concretas referentes a problemas e aspectos específicos. Falamos, entre outros, de planos como:

- Plano INFOCA. Estabelece os protocolos de actuação para a prevenção e extinção de incêndios florestais na Comunidade Autónoma Andaluza. Detalha toda a estrutura operativa, as infra-estruturas e meios humanos necessários, bem como as actuações de prevenção e extinção para as quais o sistema operacional está preparado. Falamos de um plano completo e amplo, que conta com colaboração e coordenação de outras administrações, como a do Estado ou as deputações provinciais.



- Plano Florestal Andaluz. Reúne os parâmetros de planeamento e gestão do meio florestal da Comunidade Autónoma de Andaluza. Nele encontramos todos os avanços que se foram produzindo neste campo desde que nos anos oitenta fosse encomendada ao governo autónomico a gestão florestal. Trata-se de um plano ambicioso e completo, que actua dentro das tendências mais actuais e que está previsto para uma duração de sessenta anos, realizando-lhe actualizações periódicas a cada cinco anos.
- Plano Andaluz de Conservação da Biodiversidade. Divide-se em três programas com medidas e objectivos específicos:
 - Programa de Conservação de Habitats.
 - Programa de Conservação da Flora e Fauna.
 - Programa de Ordenação de Ecossistemas de Alto Valor.
- Plano Andaluz de Zonas Húmidas. É o resultado de um amplo estudo por parte de cientistas e especialistas na gestão de zonas húmidas. Estas zonas são um dos recursos naturais mais frágeis que existem e por isso precisam de uma gestão muito específica. Este documento considera-se fundamental para assegurar a conservação do património andaluz de zonas húmidas e para coordenar as acções a desenvolver pela Conselheria de Meio Ambiente com as outras administrações, bem como com as directrizes estabelecidas em outras estratégias nacionais e internacionais sobre a conservação deste tipo de zonas.

- Plano de Controlo da Desertificação em Andalusia. Trata-se de um plano inserido num projecto internacional, o Projecto DesertNet. Faz parte da iniciativa Interreg III B da União Europeia, liderado pelo Centro Interdepartamental de Ateneo, da Universidade de Sassari (Cerdeña) em colaboração com doze organismos e instituições italianas, a Comunidade de Murcia e o Instituto de Regiões Áridas da Tunísia. Este projeto realizou um estudo dos mecanismos que produzem a desertificação nas regiões mediterrâneas.



C. Planes de Ordenação de Recursos Naturais

Cada um dos recursos naturais andaluzes, declarados sob alguma figura de protecção, dispõe do seu próprio plano de ordenação, onde se especifica toda a informação do recurso e as medidas particulares que existem sobre o mesmo.



4.2.2. Administração regional, provincial e local

Câmaras municipais, Deputações Provinciais e Órgãos Regionais assumem um grande protagonismo na gestão meio-ambiental, já que têm um contacto directo com o território e podem detectar as necessidades ou problemas quando ainda são incipientes. Estas administrações, através de associações regionais de desenvolvimento, costumam ser as beneficiárias finais das iniciativas europeias que têm entre os seus objectivos o desenvolvimento sustentável do meio natural.

O programa europeu LIFE é o único instrumento financeiro da União Europeia dedicado, de forma exclusiva, ao meio ambiente. Desde a sua implantação, em 1992, muitos territórios se beneficiaram das suas ajudas. Como exemplo, poderíamos citar um projecto proposto por uma das administrações provinciais da zona de Cordão Verde que foi subvencionado:

- “Projecto de Prova Mínimo Impacto”, consistente na redução do impacto meio ambiental e promoção do desenvolvimento sustentável no contexto da denominação de origem “Presunto de Huelva”. Deputação Provincial de Huelva.



Outros programas, como **INTERREG** ou **INTERREG SUDOE**, orientados à cooperação transfronteiriça, multinacional e interregional, concederam ajudas para projectos meio ambientais, entre os que poderíamos citar:

- “Patrinatura, aproveitamento sustentável do património natural”, que implicava a colaboração das administrações regionais e locais da província de Huelva e o Algarve.

- “Reciagro, promoção e valorização dos recursos cinegéticos e agro-pecuários das Zonas Raianas”, impulsionado pela Câmara Municipal de Mértola, e no qual participaria também uma mancomunidade de Huelva.

Por outro lado, os já finalizados programas **LEADER** e **PRODER**, de desenvolvimento rural, reconheciam a importância da conservação de espaços e recursos naturais, a valorização do património natural e a inovação no desenvolvimento sustentável.

No âmbito do programa **Leader 2007-2013**, a Direcção Geral de Desenvolvimento Sustentável do Meio Rural, organismo dependente da Junta de Andaluzia, desenhou um plano estratégico de desenvolvimento, denominado Plano de Actuação Global, e destinado a todo o meio rural andaluz. Com o que se pretende incidir em todos aqueles âmbitos necessários para que o território rural alcance uma situação óptima a nível económico e social, sempre sob critérios de sustentabilidade e de respeito à identidade territorial.

Os Grupos de Desenvolvimento Rural são responsáveis da gestão e execução no mencionado plano, e assumem funções de recepção e registo de documentação; conhecimento e comprovação dos dados que constam nas solicitações de subvenção; tramitação, análise e relatório destas solicitações; concessão ou denegação de solicitações de subvenção; recepção e depósito de fundos públicos; certificação das operações ou projectos executados; pagamento e adiantamento das subvenções, e controlo financeiro.

Que programas e convocatórias estão vigentes actualmente?

LIFE +	2007-2013
INTERREG IVC	2007-2013
INTERREG IVB SUDOE	2007-2013
LEADER, através do Plano de Actuação Global da Direcção Geral de Desenvolvimento Sustentável do Meio Rural	2007-2013

Quem pode apresentar uma solicitação?

LIFE +	Organismos públicos, organizações mercantis privadas e organizações privadas não mercantis, incluídas as ONGs.
INTERREG IVC	Organismos públicos
INTERREG IVB SUDOE	Organismos públicos e entidades privadas sem fins lucrativos.
LEADER, através do Plano de Actuação Global da Direcção Geral de Desenvolvimento Sustentável do Meio Rural	Entidades públicas e privadas, e pessoas físicas.

Quais são os prazos de solicitação para a convocatória de 2010?

LIFE +	5 de Maio 2010 – 1 Setembro 2010
INTERREG IVC	9 Dezembro 2009 – 5 Março 2010
INTERREG IVB SUDOE	16 Novembro 2009 – 30 Abril 2010
LEADER, através do Plano de Actuação Global da Direcção Geral de Desenvolvimento Sustentável do Meio Rural.	Até ao 30 de Setembro 2013

Mais informação

LIFE +	http://www.mma.es/portal/secciones/ayudas_subvenciones/life/
INTERREG IVC	http://www.interreg4c.eu/
INTERREG IVB SUDOE	http://www.interreg-sudoe.eu/ESP
LEADER, através do Plano de Actuação Global da Direcção Geral de Desenvolvimento Sustentável do Meio Rural.	http://www.juntadeandalucia.es/agriculturaypesca/portal/areas-tematicas/desarrollo-rural-sostenible/desarrollo-rural-de---andalucia/programa-de-accion-dedesarrollo-sostenible/leaderandalucia/index.html

4.2.3. Actuações específicas nos territórios de Cordão Verde

A. Programa de recuperação após o incêndio de Rio Tinto, realizado pela Administração Pública

Depois do potente incêndio de Rio Tinto, ocorrido nesta zona em 2004, foi realizado desde a Conselheira de Meio Ambiente um programa específico de recuperação ecológica que durante vários anos e em diferentes fases, pretendeu recuperar a massa florestal e a biodiversidade que existia previamente ao incêndio. Este programa foi proposto como uma oportunidade para melhorar a relação que a população tinha com o seu meio florestal. Com a recuperação pretendia-se que o meio florestal se convertesse num elemento mais de desenvolvimento da população, sempre desde um ponto de vista sustentável. Por outro lado, a recuperação não se limitou ao solo público, senão que se procedeu à assinatura de convénios com particulares para pôr em funcionamento também o assessoramento e os meios para a recuperação destes montes privados.

Ao longo dos anos, durante os quais se desenvolveu este programa, foram muitas e várias as actuações realizadas:

- Tratamento para evitar a perda de solos e eliminar os restos da vegetação incendiada.
- Eliminação dos pinheiros afectados, com aproveitamento da madeira, de 49.795 metros cúbicos.
- Queima dos resíduos gerados.
- Eliminação do eucaliptal existente nos montes

públicos com o objectivo de transformar estas superfícies em sobral ou azinhal.

- Contribuição suplementar de comida à população cinegética. Total fornecido 158.000 kg. de trigo duro, 157.000 kg. de alfalfa, e outras quantidades menores de milho, ervilha e girassol.
- Recolocação de 9.120 colmeias dos 87 assentamentos apícolas que existiam.
- Medidas especiais de colaboração com os proprietários afectados. Foram assinados 360 convénios com um total de 1.424 parcelas convindas, o que supõe 9.967 ha. de montes particulares, ou seja, 73,3 % da superfície florestal privada incendiada.

B. Actuações dirigidas à educação e sensibilização ambiental, a cargo da Acção Conjunta de Cooperação “Cordão Verde para o Sudoeste da Península Ibérica”

O Cordão Verde realizou desde o ano 2006 uma série de acções dirigidas a conseguir que a população se envolvesse na conservação do meio ambiente. Trata-se de uma actividade participativa e preventiva que tem como fim evitar, na medida do possível, que factos como o incêndio de 2004 se voltem a repetir. Esta tarefa de sensibilização realiza-se fundamentalmente através de diferentes instrumentos.

- Produção do **anúncio de Cordão Verde**. Faz uma recapitulação histórica dos factos (incêndio de 2004), das intervenções realizadas, uma descrição do projecto de cooperação, conteúdos

elaborados para a Aula Itinerante, material pedagógico e a cartografia.

- Elaboração de uma **Cartografia Básica** do espaço de intervenção e edição da mesma em formato papel e digital.
- Produção de um **Documentário** do projecto, de carácter pedagógico, com o fim de ser projectado na Aula Itinerante. Reúne os aspectos mais marcantes do incêndio que se originou nas nossas regiões e faz uma recapitulação do ocorrido antes, durante e depois do desastre.
- **Centro de Interpretação Itinerante.** Apresenta-se em uma exposição onde o conteúdo e a temática mostram as consequências e intervenções que estão a ser realizadas pelas diferentes administrações nas zonas afectadas pelos incêndios florestais, com o objectivo de concientizar aos visitantes da Riqueza Patrimonial Natural destas regiões, as repercussões negativas do fogo e os esforços pela recuperação dos espaços incendiados, fomentando uma mudança de atitude que favoreça o respeito e a conservação do meio



natural. A exposição percorreu 20 municípios das cinco regiões andaluzas envolvidas no projecto, entre Abril de 2008 e Novembro de 2009.

- **I Concurso Artístico**, proposto como um complemento da Aula Itinerante. Nas suas três categorias de participação (fotografia, desenho e poesia e narração) pretendeu envolver aos mais jovens na problemática ambiental que causam os incêndios florestais. A participação foi muito elevada, apresentando-se 36 fotografias, 375 desenhos e 36 poesias-narrações.
- Criação da **página web www.cordonverde.es**. Onde se informa, interage e apresenta toda classe de materiais de trabalho úteis para a temática meio-ambiental. Esta iniciativa também serviu de apresentação do projecto e permitiu conhecer o cronograma e a situação exacta da Aula Itinerante durante cada semana.
- Elaboração do **DVD interactivo** “Vida sobre Fogo”. Resume toda a actuação do Cordão Verde no território ao longo dos quatro anos de trabalho do projecto. Inclui um dossier informativo, uma memória da Exposição Itinerante, uns jogos pedagógicos e um localizador geográfico.
- Criação do **Jogo de Mesa Meio-ambiental** “O Fénix, Vida sobre Fogo”. Ferramenta educativa para que os diferentes colectivos adquiram conhecimentos gerais sobre os trabalhos de reflorestamento e restauração paisagística das zonas arrasadas pelos incêndios florestais, de uma maneira lúdica.

- Criação do **Caderno de Campo**. Criado como um reforço para a Aula Itinerante, está dirigido aos escolares de educação infantil e primária. Permite que os alunos se familiarizem com o contexto paisagístico e a fauna e flora do nosso habitat natural, inculcando o valor da preservação e conservação do meio natural que lhes rodeia.
- Edição e publicação de **Boletins Informativos**, que reúne as notícias meio-ambientais elaboradas pelos Grupos de Desenvolvimento Rural sobre as suas regiões. Deste modo aproxima à população a problemática regional e informa aos habitantes do território de Cordão Verde da verdadeira situação na qual vivem os habitantes do resto da área afectada.
- Presença em **Feiras e Mostras regionais e provinciais**, com um stand. Consegue-se assim uma divulgação imediata de todas as actuações e trabalhos realizados, pois interage directamente com o público interessado e chama-se a atenção sobre a conservação dos nossos espaços naturais. Para conseguir uma maior di-



fusão, os meios de comunicação foram sempre convocados.

- Desenvolvimento de cinco **Jornadas de Sensibilização e Conscientização**, com o objectivo de envolver aos agentes socioeconómicos do território. Os lugares de celebração foram Mértola (Alentejo, Portugal), Gerena (Sevilha, Espanha), Serra de Monchique (Algarve, Portugal), El Madroño (Sevilha, Espanha) e Huévar del Aljarafe (Sevilha, Espanha).



- Desenvolvimento de três **Intercâmbios de Experiências**, que se realizaram em zonas que tinham o mesmo ponto de partida: afecção por incêndios florestais. O primeiro ocorreu na região de Terras do Baixo Guadiana (Portugal), o segundo nas regiões de Andévalo, Cuenca Minera e Corredor de la Plata e o terceiro na região de Galiza, concretamente na Corunha e Pontevedra.
- Edição e publicação de **material noticiário e promocional**, que entregue aos participantes da Aula Itinerante, visitantes do Centro de In-

interpretação Itinerante, assistentes às Jornadas de Sensibilização e Conscientização e Intercâmbios de Experiências, visitantes do Stand nas Feiras e Mostras, participantes do I Concurso Artístico, etc. Os materiais utilizados para a sua fabricação foram, de preferência, reciclados ou naturais.



- Organização do **I Seminário Cordão Verde para o Sudoeste da Península Ibérica**. Desenvolveu-se em duas edições, a primeira tratou sobre o Turismo Sustentável e celebrou-se em El Castillo de las Guardas. A segunda versou sobre a Produção Ecológica e foi celebrada em Villamanrique de la Condesa.

4.2.4. Novas experiências sustentáveis na prevenção de incêndios e regeneração florestal

A prevenção e extinção de incêndios florestais é uma das principais funções que as administrações públicas devem cumprir em relação à gestão meio-ambiental. Todos sabem que a quantidade de meios que devem ser postos em funcionamento, cada vez que salta o alarme de um incêndio florestal, é enorme. Contudo temos de destacar que

a inovação e o desenvolvimento neste campo é contínuo, através da Unidade de Gestão de **I+D+i da Empresa Pública de Gestão Meio-ambiental**. Referimo-nos ao emprego de sofisticados meios de comunicação entre unidades, de predição de condições meteorológicas em zonas de risco, dos mais avançados meios mecânicos de extinção, dos últimos avanços em engenharia de montes ou de programas de coordenação que pretendam fazer mais eficientes os trabalhos das diversas unidades.

Uma das ferramentas mais inovadoras e úteis é a aplicação de diversos softwares, tanto para ajudar à hora de tomar decisões ou à detecção automática de incêndios, como para a formação dos profissionais através de simulações de incêndios. Ferramentas como **Siadex** (gerador automático de planos de extinção de incêndios), **FARSITE** (simulador de incêndios com múltiplas aplicações) ou o **Sistema Bosque** (sistema que tem como objectivo a detecção automática de incêndios através de câmaras infravermelhas e ópticas) são já utilizadas em Andaluzia e em todo o território nacional pelas equipas de prevenção, detecção e extinção de incêndios florestais.

Em definitiva, trata-se de seguir procurando de maneira contínua a forma para que os incêndios florestais sejam cada vez menos numerosos e menos destrutivos.

Em muitos outros pontos da geografia espanhola tem-se experimentado, também, com novos meios de prevenção e extinção de incêndios, o que sem dúvida abre novas vias para melhorar a gestão meio-ambiental.

A. Plano 42, Castela e Leão

Em Castela e Leão, a Conselheria de Meio Ambiente trabalha num projecto denominado “Plano 42” que pretende procurar uma maior efectividade na prevenção de incêndios mudando os hábitos e meios de trabalho da pecuária extensiva. Este projecto baseia-se no facto de que o trabalho mondadador que o gado exerce sobre o monte, apresenta-se como um meio natural ideal para a criação de corta-fogos naturais. Sem esta prática natural o monte ficará cheio de mato que será presa fácil na propagação de incêndios. O projecto pretende, em primeiro lugar, sensibilizar ao criador pecuário, fazer-lhe compreender a gravidade de um incêndio florestal e a importância que tem a sua actuação na prevenção de incêndios. Com este objectivo têm-se realizado diversas linhas de trabalho:

- Profissionalização do sector da pecuária extensiva. Pretende que o trabalho seja mais efectivo e aumente a sua qualidade de vida. Desta maneira, será mais fácil a sua colaboração com este plano.

- Utilização de meios que favoreçam a sustentabilidade.
- Formação dos criadores pecuários.
- Procura da associação dos pecuários

B. Projecto RAAD, Ilhas Canárias

Outra interessante iniciativa na luta contra os incêndios pode ser vista no **projecto RAAD** na Ilha de La Palma. Este projecto baseia-se no emprego de estações de captura de água atmosférica. Nas zonas onde habitualmente há neblinas, podemos conseguir armazenar a água produzida ao condensar a neblina, para depois aplicá-la em vários usos, como o abastecimento agrícola, humano e, principalmente, para a prevenção de incêndios, criando corta-fogos hídricos com uma inundação controlada conectada a canalizações. Deste modo, geram-se espaços húmidos suficientemente amplos para exercer de corta-fogos. Trata-se de um sistema muito interessante devido à sua utilidade, ao seu baixo custo e por ser respeitoso com o meio e completamente sustentável.



C. Inovação nos agentes extintores

Outro dos aspectos que cada vez se cuida mais é o emprego de agentes extintores que sejam biodegradáveis e respeitosos com o meio ambiente. Com frequência, durante a extinção de um incêndio, tem-se de empregar espumógenos e retardantes que são agressivos para o meio ambiente. Uma das tendências de investigação é a procura de meios menos agressivos. Este tipo de espumógenos de nova geração está avaliado em outros países devido ao seu uso, provando a sua eficácia e a sua biodegradação em 70% durante os cinco primeiros dias desde o seu uso.

No que se refere à **regeneração florestal pós-incêndio**, têm-se desenvolvido múltiplas pesquisas para determinar quais são as técnicas idóneas na recuperação da cobertura vegetal das áreas afectadas pela queima. A grande complexidade de factores que coincidem em um incêndio, tais como o tipo de fogo, a época na qual se produz o incêndio em relação à fase de desenvolvimento anual da vegetação presente, o tipo de vegetação, a sua capacidade de adaptação ao fogo e as suas características germinativas, a meteorologia pós-incêndio, ou inclusive o efeito micro-climático unido à diferente exposição, impede prognosticar com absoluta garantia, a capacidade de resposta da vegetação depois de um incêndio.

A recuperação da coberta vegetal produz-se em ocasiões de forma natural, sem a intervenção humana, pelo menos quando a intensidade do fogo é moderada ou baixa, ou quando as espécies ve-

getais dispõem de mecanismos adaptados ao incêndio.

Quando o processo de regeneração natural está em funcionamento e não se realizaram actuações posteriores ao incêndio em um curto prazo de tempo, a melhor solução consiste em não actuar, já que o movimento da maquinaria poderia danificar a vegetação incipiente.



No entanto, na maioria dos casos é necessária a intervenção humana, quer para favorecer a regeneração, mediante actuações selvícolas que melhorem a massa, quer através de medidas de restauração, quando a situação de perdas de solo, erosão, etc., são previsíveis em um prazo de tempo curto ou moderado.

Uma vez caracterizado o território em função do seu estado de regeneração, programam-se as actuações para restaurar a dinâmica florestal.

Também é importante paliar os efeitos da erosão, mediante estabilização de ladeiras e a correcção de leitos torrenciais com hidrotecnias. A protecção das cabeceiras de bacias, principalmente em terrenos de alta potencialidade erosiva, é uma prioridade quando o território perdeu a sua cobertura vegetal, como consequência de um incêndio.

A sementeação de emergência, principalmente de herbáceas de crescimento rápido (gramíneas e leguminosas), e a aplicação de coberturas (*mulches*) é a medida mais utilizada para proteger o solo contra a erosão depois de um incêndio.

Como foi a intensidade do incêndio?	Como regenerar?
Baixa	Regeneração natural
Moderada	Regeneração natural
Alta	Regeneração natural e Regeneração artificial

O Departamento de Ecologia da **Universidade de Granada e a Fundação Centro de Estudos Ambientais do Mediterrâneo (CEAM)**, têm trabalhado na análise de novos tratamentos de sementeação de emergência e aplicação de coberturas (*mulches*) para a reabilitação pós-incêndio. Habitualmente, a maioria das espécies utilizadas para as sementeações de emergência seleccionam-se em função do seu rápido crescimento e da sua elevada taxa de produção de biomassa. Contudo,

o alto rendimento destas espécies herbáceas semeadas pode diminuir a cobertura das espécies herbáceas nativas, de grande importância a longo prazo para a composição da vegetação e o banco de sementes disponível perante futuros incêndios. Embora haja um interesse crescente na utilização de espécies nativas, o potencial das mesmas para a sua utilização nas sementeações de emergência pós-incêndio foi escassamente avaliado.



Por outro lado, a aplicação de uma capa de *mulch* é também uma prática amplamente utilizada como tratamento de emergência depois de um incêndio. Há uma grande variedade de materiais susceptíveis de serem utilizados como *mulches* na reabilitação pós-incêndio, ainda que a aplicação de coberturas de palha de cevada ou trigo é o tratamento mais empregado. O *mulch* simula o papel da capa de folhas, protegendo o solo do impacto da chuva e diminuindo a velocidade do escoamento superficial. Assim mesmo, pode beneficiar a germinação e crescimento da vegetação ao aumentar a infiltração e o conteúdo de humidade do solo.

Apesar da eficácia do *mulch* no controlo da erosão, existe o risco de introdução de espécies exóticas invasoras que possam acompanhar ao material utilizado como *mulch*.

Nos estudos comparados realizados pela Universidade de Granada e a Fundação CEAM, aplicaram-se novos tratamentos de sementeação e *mulch* a uma zona experimental na Serra do Rentonar (Alicante) afectada por um incêndio florestal em Novembro de 2002. A zona foi dividida em quatro parcelas, cada uma das quais receberia um tratamento diferente: 1. sementeação mais cobertura de *mulch*, 2. sementeação, 3. *mulch*, 4. zona de controlo sobre a qual não se actuaria. Os tratamentos projectaram-se conforme aos princípios da restauração ecológica, utilizando espécies nativas e materiais florestais e incluindo uma ampla categoria de grupos funcionais na mistura de sementes, com o objectivo não só de proteger ao solo da erosão e degradação, senão também de aumentar a funcionalidade e resiliência do ecossistema. O *mulch* utilizado consistiu em restos de madeira triturados.

Os resultados demonstram que misturar a sementeação de espécies nativas e *mulch* de madeira triturada, consegue um aumento sensivelmente maior da cobertura vegetal em comparação com a utilização destas técnicas separadamente, e é muito mais ecológico do que com outro tipo de espécies vegetais e de *mulch*. Para além disso, o tratamento mencionado é altamente eficaz na mitigação da degradação do solo e na redução da perda do mesmo.

O Departamento de Ecologia e o Departamento de Botânica da **Universidade de Granada, a Conselheria de Meio Ambiente da Junta de Andaluzia e The Ou.S. Geological Survey (Ou.S.G.S.)**, estudaram o efeito do manejo da madeira queimada sobre a regeneração florestal pós-incêndio em repovoamentos de coníferas queimadas no Parque Nacional de Serra Nevada em Setembro de 2005. Normalmente os trabalhos realizados em Espanha envolvem o corte e a extracção dos troncos queimados e lascado de ramos. No entanto, as árvores queimadas deixadas em pé ou os ramos deixados no solo podem também terem efeitos positivos sobre a regeneração, actuando como focos poleiro aos quais se dirigem as aves que espalham sementes, ou como estruturas físicas que protegem às reincidências, plântulas e mudas reflorestadas da seca estival e dos herbívoros, de maneira que podem ser utilizadas para o desenvolvimento de técnicas brandas de restauração florestal.

Quais são as técnicas de regeneração artificial?

Repovoamento com mudas

Sementeação

Aplicação de coberturas (*mulches*)

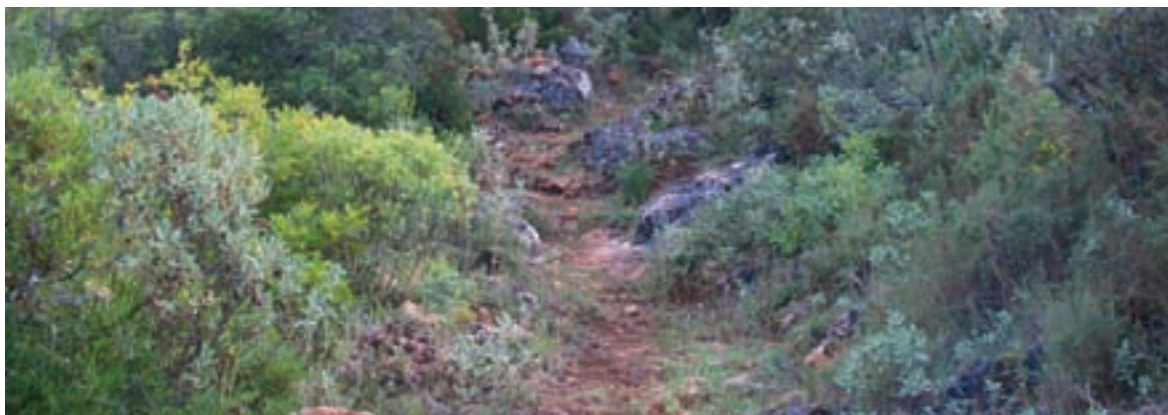
Tarefas silvícolas

4.2.5. Actuação da Administração na prevenção de incêndios

- A Conselheria de Meio Ambiente publica no BOJA número 102 de 29 de Maio de 2009, a Ordem que proíbe totalmente a utilização do fogo (grelhas, queimas de matos e florestais...) e a circulação de veículos de motor do dia 1 de Junho ao 15 de Outubro ambos inclusive, em todas as zonas florestais da Comunidade Autónoma; com carácter permanente, não sendo necessária a sua publicação cada ano.
- Para queimar matos, pastos, resíduos procedentes de tratamentos silvícolas ou actividade apícola, qualquer proprietário de um terreno florestal tem de solicitar a Autorização para a utilização do fogo no terreno Florestal e na zona de influência florestal (faixa de 400 m).
- Excepcionalmente, pode ser solicitada a autorização para realizar actividades nos terrenos florestais e zonas de influência florestal do 1 de Junho ao 15 de Outubro no caso de Aloja-

mentos rurais, restaurantes e zonas de campismo juvenis.

- Para impedir, uma vez declarado um incêndio, a sua propagação e facilitar actuações de forma conveniente, são criados e mantidos corta-fogos e faixas auxiliares tanto em montes públicos como privados; neste último caso dependendo da superfície da propriedade será necessária uma autorização da Conselheria de Meio Ambiente ou um Plano elaborado por um técnico especializado em matéria florestal. A apresentação e execução destes planos exime do pagamento de 75% dos custos de extinção de incêndios.
- Para conseguir a participação da sociedade em geral na luta contra os incêndios criam-se campanhas informativas e de sensibilização. A protecção do património natural é uma responsabilidade de todos. O conhecimento da importância dos bosques –e de todos os ecossistemas andaluzes- e a sua influência nas nossas vidas contribuirão decisivamente à sua conservação.



4.3. Bloco 3: Actuação responsável de privados

4.3.1. Caracterização de propriedades

A maioria dos territórios de Cordão Verde compõe-se de **pastagens e terreno florestal**, embora coexistam com espaços muito particulares como os da zona de marisma de Doñana ou os espaços mineiros. Por conseguinte, a maioria das propriedades privadas da zona apresenta um sistema de Pastagem, enquanto o monte florestal divide-se entre monte público e, em menor superfície, privado.



A pastagem é um sistema agro-silvo-pastoral próprio do clima mediterrâneo presente em toda a Serra Morena e especialmente nos territórios aqui tratados. É um espaço onde, durante gerações, a actividade humana conviveu em harmonia com a conservação do meio natural e onde o desenvol-

vimento sustentável foi e pode seguir sendo uma realidade. Trata-se de um sistema produtivo muito especial, já que se diversifica o aproveitamento de gado, agrícola e florestal. Além do benefício pecuário de cada caso (carne, leite, lã, touro de lida, etc.) existem uma série de produções secundárias, tais como cereais, cortiça, lenha, cogumelos, ervas aromáticas, mel, etc.

Para além do terreno florestal e da pastagem, o resto das propriedades privadas que se localizam nos territórios do Cordão verde repartem-se entre sistemas de produção variados, como veremos a seguir:



4.3.2. Actividades económicas do território

A. Agricultura

A conservação das actividades agrícolas nas suas diversas formas, realizadas de maneira sustentável, contribuem à manutenção do meio ambiente.

O arrozal

O cultivo do arroz é uma actividade tradicional de Doñana que começou a princípios do século passado. Actualmente, é a principal actividade agrícola representando 34% da superfície agrícola total. Supõe 80 % da superfície de arroz produzida em Sevilha (36.700 Has) e 75% do total de Andaluzia. (Junta de Andaluzia 2003). Embora no âmbito socioeconómico é um sector de grande importância, não devemos esquecer que a conservação das espécies mais frequentes das zonas húmidas de Doñana vai depender da sua boa gestão, já que em algumas épocas do ano os arrozais representam o habitat natural de numerosas espécies, especialmente das aves.



A causa da intensificação destes cultivos nos anos 80, surgiram problemas relacionados com o emprego intensivo de produtos fitossanitários e sobre-exploração de aquíferos, que originaram diversos conflitos nas últimas décadas entre arroseiros e conservadores. A integração das políticas agrárias, hidrológicas e de conservação na gestão das marismas supôs uma necessidade da que depende o futuro de Doñana. A seguir expõem-se algumas práticas que se têm realizado neste cultivo ou associadas ao mesmo:

Os *Sistemas de produção Integrada* no arroz, promovidos pelo sector arroseiro e a Conselheria de Agricultura e Pesca da Junta de Andaluzia no âmbito das ajudas agro-ambientais da UE, suscitaram um grande avanço quanto à qualidade das águas e a moderação no emprego de fitossanitários. Trata-se de um sistema agrícola que garante a longo prazo uma agricultura sustentável, introduzindo métodos de controlo biológico e químico que compatibiliza a produção, o meio ambiente e as exigências sociais. A redução de contaminantes nas capas freáticas e a diminuição de pesticidas no arrozal determinaram dois dos objectivos das partes envolvidas. A produção integrada provoca um valor adicionado, já que o consumidor pode optar por um produto que não é degradante para o meio ambiente e que possui todas as garantias para a saúde.

Outras actividades associadas

- Produção de caranguejo vermelho americano. O caranguejo vermelho está ligado à presença

de água e em especial aos cultivos encharcados como o arroz, constituindo um ecossistema ideal para a criação e o desenvolvimento da espécie. A sua pesca é uma interessante alternativa que além de gerar rendimentos, regula as suas populações, beneficiando às espécies autóctones. Possui um extraordinário valor gastronómico.

- Implantação da aquicultura para a obtenção de dourada, robalo, enguia.
- Funcionamento de áreas destinadas ao turismo rural e ao turismo ornitológico.
- Promoção da Agricultura Ecológica.

O Olival

O olival é um dos ecossistemas mais representativos das paisagens de Andaluzia. Não é um simples cultivo, senão que o seu uso para pastagem e extensivo favorece a biodiversidade, albergando várias espécies de fauna e flora silvestre. Em áreas desmatadas é o único arvoredado capaz de freiar a erosão do solo e regular a humidade ambiental. As novas tendências nas políticas agrárias contemplam a introdução progressiva de critérios ambientais e ecológicos nos sistemas de produção agrícola. Podem-se propor uns princípios básicos de manejo sustentável do olival que satisfaçam os interesses socioeconómicos e preservem o meio ambiente. Os sistemas de produção ecológica do olival tratam de aproximar-se o máximo possível aos mecanismos naturais. Entre estas medidas a tomar podemos destacar:

- O ajuste da variedade e densidade de plantação às condições locais. A principal competência que se estabelece entre as oliveiras é pela água e pelos nutrientes; de maneira que um bom planeamento quanto ao número e distribuição das árvores repercutirá em um melhor aproveitamento dos recursos. Por outro lado, a eleição da variedade adequada às condições do lugar garantirá a sua resistência e produtividade.



- A variabilidade genética nas oliveiras da mesma parcela também favorecerá a resistência às pragas e doenças. Não todos os indivíduos de uma população possuem a mesma resistência, a diversidade genética garante que uma praga ou doença não se transmita a todo o cultivo.
- Aumento da eficiência na utilização dos recursos hídricos e fertilizantes. Adopção de métodos de irrigação como o gotejamento maximizam a poupança de água. Os adubos químicos são responsáveis da contaminação do solo e dos aquíferos. A sua utilização de forma eficiente e o uso da fertilização orgânica favorecerão ao cultivo e ao seu meio.

- A conservação e manejo adequado das ervas associadas ao olival (cobertura verde), vai impedir a erosão em lugares inclinados, bem como a perda de humidade do solo. A cobertura vegetal proporciona alimento e habitat à uma complexa rede de organismos que podem afectar de forma muito positiva ao olival.
- A introdução de gado, com um manejo adequado, permitirá aproveitar melhor os recursos, estabelecendo-se relações muito benéficas neste sistema agro-pecuário.

Os Vinhedos

A zona vinicultora mais representativa da região é o Condado de Huelva, amparada pela Denominação de Origem Condado de Huelva. Representa 6000 Has com uma produção média de uns 40 milhões de quilos de uva. O cultivo deste vinhedo realiza-se em terrenos planos ou um pouco ondulados, sobre terrenos com grande qualidade para



este tipo cultivo, o qual reúne funções e valores que superam o seu papel como produção agrícola. Faz parte da identidade de Doñana e quer representar um modelo de eficiência para a prática da sustentabilidade guardando os valores naturais, paisagísticos e culturais. A sua proximidade a espaços naturais protegidos converte-o num cultivo idóneo.

1. O Vinhedo fixa os solos e evita a erosão impedindo a colmatagem da marisma, tão importante para a conservação da fauna e flora.
2. Nas zonas florestais actua como corta-fogos e abrigo de espécies cinegéticas.
3. É um elemento paisagístico importante que evita a fragmentação dos habitats naturais, transformando-se em uma passagem entre zonas agrárias e protegidas, constituindo um verdadeiro corredor ecológico.

O Morango

A superfície de cultivo de morangos em Doñana é de 4500 a 6000 has e constitui 60% da produção de morango espanhol. Existem alguns problemas ambientais derivados do seu cultivo e que podem comprometer a manutenção da biodiversidade em Doñana a longo prazo.

A ocupação dos terrenos florestais de Domínio Público Hidráulico que ocasiona a construção de estradas e linhas eléctricas, ocupação de arroios e terrenos florestais, fragmentam os corredores na-

turais de diversas espécies que não podem se deslocar a outras áreas, ficando isoladas com as seguintes implicações ecológicas.



Para solucionar este problema propõe-se:

- A reordenação do espaço agrário e a criação de corredores verdes, que permitam o deslocamento de espécies silvestres.
- A utilização eficiente dos recursos hídricos.
- Gestão dos resíduos plásticos. Mediante a criação de novos centros de recolha de plásticos e adequação dos existentes.

B. Os aproveitamentos florestais

Os espaços florestais proporcionam benefícios importantes à sociedade tanto directos (madeira, lenha, caça...) como indirectos (protecção frente à erosão, manutenção da biodiversidade...). A actual superfície florestal em Andaluzia é avaliada em quatro milhões de Has. A diversidade de paisagens florestais

que podemos encontrar na nossa comunidade, são consequência da actividade humana. Algumas vezes responde a uma interacção prolongada como no caso das Pastagens e outras vezes drástica como nos monocultivos de pinheiros e eucaliptos. Podemos considerar como florestal 50 % da superfície de Andaluzia, os quais são terrenos não susceptíveis de trabalho agrícola. Apesar desta extensão a contribuição à riqueza regional é bastante baixa, ficando relegado o seu aproveitamento à obtenção de lenha, caça e pesca, cogumelos, plantas aromáticas... Esta baixa produtividade não é consequência só das condições climáticas, senão de uma deficiente gestão dos recursos. A causa disto a população abandona as regiões florestais.

Desde a administração se fomenta e estimula a realização de actuações de melhora, manutenção e conservação dos montes da Comunidade Andaluzia, com o fim de melhorar o estado dos mesmos e favorecer o desenvolvimento do mundo rural associado a eles, sendo os principais objectivos:

- Fomentar a gestão florestal sustentável e o desenvolvimento sustentável da silvicultura.
- Promover a manutenção e a melhora dos recursos florestais.
- Aumentar a superfície florestal.
- Melhorar as infra-estruturas florestais.
- Contribuir economicamente nas actividades relacionadas com a conservação dos recursos florestais.

A Pastagem

Trata-se de um sistema de exploração em consonância com os valores meio-ambientais que sustenta o actual modelo agrário europeu e que dá resposta aos objectivos de promover o desenvolvimento rural, proteger o meio ambiente, conservar as paisagens, velar pelo bem-estar dos animais, melhorar a qualidade dos alimentos e conservar o património cultural.



Os bosques mediterrâneos de quercus de outrora foram desbastados para aumentar as áreas de pastos e assim gerar uma exploração pecuária extensiva, favorecendo simultaneamente a agricultura e o aproveitamento de recursos florestais e cinegéticos, convertendo-se num sistema agro-silvo-pastoril sustentável. As árvores extraem os nutrientes do solo, depositando-os depois em forma de folhas para ser aproveitada pelas espécies herbáceas que retêm a humidade do solo e dificultam a erosão. O gado aproveita as ervas e os frutos, fertilizando as terras com os seus excrementos, fechando o ciclo alguns organismos de decomposição.

Benefícios directos da pastagem:

- A pecuária é a principal utilidade da pastagem. É um tipo de pecuária extensiva que mantém um equilíbrio com o meio e que permite a renovação estacional dos recursos e que, portanto, poderia definir-se como sustentável. É uma actividade tradicional em Andaluzia, que em grande parte foi deslocada aos lugares onde a pressão no uso do solo é menor. Os pastos naturais ou cultivados são aproveitados pelos abrigos pecuários em forma de diferentes raças adaptadas estreitamente às condições do lugar; é o caso do porco ibérico, da vaca retinta ou da ovelha merina.
- A agricultura complementa a utilidade pecuária. Semeiam-se cultivos forrageiro e de cereal.
- A obtenção de cortiça, madeira, lenha e carvão vegetal, ramagem e bolotas para o gado, curtientes, mel, plantas aromáticas e medicinais, palmito, aspargos, cogumelos, caça maior e menor.

A Cortiça. Trata-se da crosta do Sobreiro. Espanha é o segundo produtor de cortiça com 32% da produção mundial depois de Portugal que produz 54%. A primeira tirada denomina-se “desboia” e é um trabalho que se realiza em Julho separando a crosta da árvore sem danificá-la. Com ela elaboram-se as rolhas de cortiça para as garrafas e aglomerados de cortiça para diversas funções como impermeabilizante, isolante acústico, decorativo...

Plantas aromáticas e medicinais. Na pastagem desenvolvem-se espécies vegetais que podem ser aproveitadas devido às suas qualidades nutritivas, aromáticas ou curativas. Uma das mais utilizadas é a esteva que possui um azeite essencial apropriado para a utilização em perfumaria e na indústria farmacêutica devido ao citral que contém. Orégão, alecrim, poejo são outras espécies de interesse.



Benefícios Indirectos da pastagem:

- Conservação do solo e regulação do ciclo da água. As raízes da cobertura vegetal retêm o solo o que impede a erosão. Quando a chuva cai, a água fica retida permitindo a sua entrada no subsolo.
- Prevenção dos incêndios devido à distribuição do arvoredo e do escasso matagal.
- Melhora da qualidade do ar e das condições climáticas.
- Conservação da flora e fauna. Servir de habitat natural à espécies ameaçadas como a águia imperial ou a cegonha negra.
- Valor paisagístico. Trata-se de uma das paisagens mais representativas da nossa comunidade.
- Uso recreativo e turismo rural.
- Uso educativo, cultural e científico.

Alguns dos seus problemas.

- Na actualidade a Pastagem tem-se enfrentado ao problema do abandono, deixando campo aberto ao matagal e ao envelhecimento de azinheiras e sobreiros. As principais consequências deste problema são as de potenciar os incêndios florestais e a propensão a pragas e doenças.
- A escassez de pastores e vaqueiros e o desaparecimento progressivo da trasumância provocaram o cercado das pastagens e a produção de gado mono-específico. O sobre-pastoreio e a utilização inadequada da maquinaria para a capinação não selectiva prejudicam a pastagem.
- Com a intensificação da agricultura nos lugares com solos mais férteis, as árvores foram desaparecendo a favor dos cultivos dando lugar à Campina, ficando as pastagens relegadas às serras e terrenos menos produtivos.

C. A apicultura

O manejo das abelhas foi uma actividade tradicional em diversas regiões do Cordão Verde e durante séculos gerou uns rendimentos complementares às famílias. Com o avanço dos conhecimentos científicos e, sobretudo, biológicos sobre o comportamento das abelhas, passa da apicultura tradicional à técnica.



Actualmente existem dois tipos de apicultura:

- A sedentária: Na qual as colmeias permanecem sempre no mesmo lugar, precisando de um complemento alimentar artificial.
- A transumante: É aquela onde as colmeias se deslocam de um lugar a outro, dependendo da disponibilidade alimentar, para conseguir a máxima produção. Actualmente este tipo é o mais rentável.

O lugar onde habitam deve ter disponibilidade de água, estar orientado de modo que o vento dominante permita que as abelhas saiam e abundância de flores melíferas, ou seja, aquelas que são do seu interesse.

Que benefícios nos proporciona a apicultura?

Um destes benefícios é o gerado pela **venda dos seus produtos** tão apreciados e variados, como são:

O mel: Substância muito valorizada desde a antiguidade, doce, não fermentada, proveniente do néctar das flores que as abelhas recolhem, transformam e combinam com substâncias específicas, armazenadas e maduras nos favos, e que lhes serve para alimentar às larvas. Tem sido empregada há milhares de anos como alimento e como medicamento pelas suas propriedades anti-bacterianas e efeitos positivos para o organismo. É muito energética e rica em minerais.

O pólen: Gera-se nas flores e é utilizado pela abelha para alimentar às futuras obreiras. Trata-se de um alimento rico em proteínas e que serve para preparar antialérgicos.

A cera: Segregada nas mandíbulas ceríferas das abelhas, é utilizada na elaboração dos favos, é leve e muito resistente. Existem duas qualidades: a proveniente dos opérculos que fecham os alvéolos, de elevada qualidade e preço, e a cera velha que se recicla, de menor preço.

A própole: É uma mistura de resina de árvore e de cera que as abelhas empregam para evitar perdas de calor durante o inverno. Utilizam-na para cobrir, envernizar e reforçar a colmeia. É utilizada na elaboração de cosmética, medicamentos e vernizes. Devido às suas qualidades anti-sépticas, é útil contra as infecções oculares, garganta e pele.

O *veneno*: Sintetizada pela abelha para a sua defesa, trata-se de uma substância denominada Apitoxina, que tem propriedades anti-artríticas, bactericidas, hemolíticas, anti-coagulantes e tónica.

A *Geleia Real*: É o alimento da rainha. Possui qualidades anti-inflamatória e regeneradora. Muito empregada em cosmética e dietética.

O outro grande benefício é o produzido mediante a **polinização**.

As plantas recompensam a insectos como a abelha por contribuir com sua actividade à sua reprodução, com o oferecimento de néctar e pólen em abundância. Este é um tipo de aliança chamada em ecologia, mutualismo, que beneficia ambas espécies. As plantas são polinizadas quando o pólen é transportado de uma flor a outra compatível, neste processo as abelhas obtêm sua recompensa em forma de alimento. Pelos vistos o néctar, as formas, as cores, os aromas, não têm outra função além de atrair aos animais polinizadores.

A abelha é um polinizador eficaz, sua abundância pode variar entre 60% e 95% de todos os polinizadores e possui adaptações especiais para esta actividade, favorecendo a fecundação e frutificação, contribuindo directamente à conservação de espécies ameaçadas e à diversidade biológica em geral, garantindo a manutenção da cobertura vegetal e reduzindo o risco de erosão, o que constitui uma medida activa de protecção.

Nas plantas cultivadas a polinização provoca o aumento da produção e da diversidade genética e é aqui onde radica a grande importância da abelha desde o ponto de vista económico. A diminuição do número de abelhas pode trazer consigo consequências terríveis para a agricultura.



A maioria das colónias de abelha melífera está em mãos dos apicultores e daí a enorme importância que esta actividade tem. Nos últimos anos tem-se produzido uma diminuição no número de abelhas devido a doenças difíceis de tratar e por intoxicação devido ao uso de produtos fitossanitários nos cultivos.

D. A caça e a pesca

Algumas recomendações para praticar uma caça responsável.

A caça é um recurso natural de grande valor na nossa comunidade autónoma, que pode impulsionar o desenvolvimento rural e a conservação do meio. A sua boa gestão converte-a numa actividade sustentável que contribuirá ao desenvolvimento económico das regiões mais desvalidas.

A administração tem fomentado práticas cinegéticas sustentáveis e a implantação das regulações adequadas que garantam a estabilidade dos ecossistemas. A melhora de habitats e as melhoras sanitárias são os objectivos básicos das acções que se tem realizado. Os caçadores e os gestores têm um papel básico neste sentido já que devem cumprir o regulamento, além de conhecer as relações biológicas essenciais para garantir a sobrevivência das espécies.

Actualmente a caça tem como objectivo a protecção e conservação, além do aproveitamento do recurso cinegético, sendo compatível com o equilíbrio natural.



Caçar só quando for permitido e nos lugares destinados a esta actividade.

Não caçar espécies não autorizadas, já que a maioria são espécies protegidas.

Não capturar nem acumular presas que não serão aproveitadas.

Não empregar métodos de captura proibidos como arapucas e armadilhas (laços, costelas, poleiros, fossos...), estão completamente proibidos pelas leis nacionais e internacionais. Qualquer aparelho electrocutor ou paralisante, qualquer dispositivo deslumbrante para iluminação ou visão nocturna, bem como atractivos de espécies não cinegéticas ou atractivo vivo. Os venenos também não podem ser utilizados, estando qualificados como delito no Código Penal. A ingestão de isca envenenada pela fauna silvestre acarreia consequências incontroláveis no ecossistema de tal maneira que pode afectar inclusive ao ser humano.

Ter muito cuidado com não alterar ninhos, ovos e crias. Evitar qualquer tipo de perturbação em períodos de reprodução.

Pesca responsável.

A pesca constitui um recurso natural renovável de grande importância, a sua gestão deve estar baseada também num uso sustentável. Os pescadores devem adoptar critérios de protecção, conservação e melhora dos lugares de pesca.

Respeitar os tamanhos mínimos, desta maneira garantimos o futuro da espécie.

Pescar somente na época conveniente.

Respeitar as quantidades de captura, isto favorecerá a pesca no futuro; quando chegar ao limite pode praticar a pesca sem morte, na qual se devolve o peixe vivo ao seu meio.

Não utilizar artes de captura proibidas e pouco selectivas, como pescar a mão na arribação dos peixes ou golpear os lugares de refúgio.

Perigo de introduzir espécies exóticas ou alóctones através de iscas vivas (peixes, minhocas, vermes...) ou embarcações, o que pode desencadear graves desequilíbrios no meio natural.

Guardar os utensílios ou resíduos que possam ficar espalhados no meio natural, já que podem provocar graves consequências à fauna.



E. Outros sectores

O artesanato

Ao longo da história, foram surgindo inúmeras actividades artesanais para dar resposta às necessidades da sociedade. Objectos da vida quotidiana, ferramentas para o trabalho, enfeites, mobiliário, apeiros de lavoura, são exemplos do trabalho artesanal, cujos conhecimentos de elaboração foram transmitindo-se de geração em geração.

Nos últimos tempos com a aparição no mercado de alternativas de fabricação que diminuem os custos de produção, a melhora do produto artesanal ou o desaparecimento dos modos de vida que geraram uma especialidade concreta de artesanato, provocaram a perda de algumas das suas modalidades e o declive do sector.



Actualmente isto está a mudar. Devido às mudanças sociais, culturais e económicas -como o aumento no nível aquisitivo, a crescente valorização do património cultural e natural, a globalização económica e as novas formas de comercialização- assistimos ao ressurgir do artesanato. Para muitos esta actividade, entre o desenho e a arte, e o fomento dos princípios que regem o turismo sustentável, estão a revitalizar o sector. Os produtos obtidos são de elevada qualidade e não comparáveis a outros elaborados de forma industrial.

A contribuição que o artesanato faz ao desenvolvimento sustentável é fundamental, já que a partir da conservação do património natural:

- Contribui-se à criação de riqueza e emprego.
- Preservam-se os valores culturais e etnológicos da zona.
- Fomenta-se a difusão da imagem da comunidade, dos seus municípios e regiões.

No âmbito do Cordão Verde o artesanato está muito relacionado com os produtos utilitários para a actividade agrícola e pecuária. A grande vinculação da zona com o meio rural, a excepção da Cuenca Minera de Riotinto, originou um desenvolvimento importante em olaria, fabricação de calçado, guarnição e inclusive fabricação de chocalhos.

Almonte, La Palma del Condado, La Puebla de Guzmán e Zalamea la Real destacam na elaboração de calças de couro, selas e outros artigos para andar à cavalo. A festa do Rocío contribuiu

decisivamente para o desenvolvimento desta actividade.

Em Valverde del Camino devemos destacar a elaboração de calçado, como as botas campestres, e de móveis artesanais, ligadas às grandes extensões florestais que abundam na região.

Devido à condição vinhateira na Região do Condado, a tanoaria cobrou importância como em Bollullos del Condado, onde se elaboram botas, barris e outros tipos de tonéis.

A Olaria ainda se conserva em La Palma del Condado e Ayamonte.

A Ferraria é importante também em Lepe, Nerva, Beas, Paterna del Campo e Valverde del Camino. Elaboram-se lampiões, veletas, gradeamento...

Embora já quase não existam oficinas dedicadas aos trabalhos artesãos de fibra vegetal como o palmito, o vime e a cana, sim são muitos os artesãos que realizam nas suas casas cestos, canastras, cadeiras, vassouras e outros objectos.

A mineração

A zona sobre a qual actua o Cordão Verde coincide em grande parte com a conhecida como Faixa Pirítica do Sudoeste Peninsular. Desde o ponto de vista geológico, encontramos ante o principal jazigo metalogenético europeu de pirites, explorado pelo ser humano desde tempos imemoriais.

O solo é muito rico em jazigos minerais, como cobre, chumbo, carvão..., sendo prova disso as diferentes explorações mineiras que se realizaram nesta zona, destacando as Minas de Aznalcóllar, do Madroño, de Riotinto, do Castillo del Buitrón, El Tinto e Santa Rosa.

A singularidade desta unidade geológica propiciou uma actividade extractiva sistemática e insustentável, e gerou uma demografia e economia fortemente dependentes do sector mineiro.



Depois das sucessivas crises mineiras ocorridas na segunda metade do século passado e o declive definitivo da actividade mineira como motor económico, fez-se imprescindível a assunção de políticas de diversificação económica.

Como vestígio da exploração mineira, contamos com uma paisagem única marcada pela beleza cromática das suas desoladas minas a céu aberto e dos resíduos mineiros, com uma extensa

gama de tons vermelhos, ocre, amarelos, roxos e verde-azulados. Esta imagem unida ao imenso património arquitectónico, industrial e natural associado à mineração, propiciou a sua protecção tanto desde o ponto de vista meio ambiental como cultural. Daí a declaração de Paisagem Protegida do Rio Tinto e a de Bem de Interesse Cultural, com a categoria de Lugar Histórico, para a zona mineira de Riotinto-Nerva.

Actualmente não existe actividade extractiva nenhuma nas minas da Faixa Pirítica.

4.3.3. Novas práticas sustentáveis

Devido ao peso e a importância que a pastagem tem como um sistema produtivo no nosso território, devemos centrar grande parte dos nossos esforços na manutenção, na conservação e na sustentabilidade deste secular sistema de exploração.

Propõem-se uma série de actuações e práticas sustentáveis para a gestão eficiente e equilibrada das pastagens.

Pastoreio:

Controlo da intensidade do pastoreio.

Controlo sobre o gado dentro da pastagem.

Elaboração de planos de gestão pastoril para as pastagens.

Conservação das espécies em perigo de extinção.

Manutenção dos genótipos autóctones das pastagens andaluzas e portuguesas.

Aplicação das novas técnicas de controlo na reprodução.

Trabalho:

Não utilizar meios mecânicos violentos para o arado e a monda.

Controlo do dano produzido nas raízes das árvores pelo arado mecânico.

Espaçamento do trabalho.

Técnicas de optimização no uso da água.

Actividade florestal:
Introdução de espécies pratenses que melhorem o solo.
Aplicação de técnicas de regeneração do arvoredor.

Formação e profissionalização:
Profissionalização do sector.
Cursos de formação.
Canais de comercialização.
Selos de qualidade.
Potenciação de associações.
Emprego de novas tecnologias na gestão.

4.3.4. Actuação dos privados na prevenção de incêndios

Desde o Plano INFOCA executam-se nos montes públicos, por parte da administração, trabalhos de criação e manutenção de corta-fogos e faixas auxiliares. Os montes privados também têm de realizar trabalhos de prevenção seguindo uma gestão conforme o tamanho da superfície da propriedade, maior ou menor de 400 has:

- Menor de 400 has. Preenchendo um formulário aprovado pela Conselheria de Meio Ambiente.
- Maior de 400 has. Mediante a elaboração do correspondente Plano pelo técnico responsável em matéria florestal.

Segundo a Conselheria “Estes planos devem ser redigidos pelos proprietários de direitos reais ou pessoais de uso e desfrute de terrenos ou explorações tanto públicos como privados, e deverão incluir as características e distribuição da vegetação, o risco de incêndios, a situação do terreno em relação à prevenção e as actuações previstas para tratamentos selvícolas preventivos de incêndios, corta-fogos e construção de infra-estruturas de apoio”.

A luta contra os incêndios deve ser incentivada com a conscientização e cooperação mediante a promoção de agrupamentos em matéria florestal e a constituição de grupos locais.

No que se refere à queima de mato, no caso dos trabalhos agrícolas, está sujeita a um controlo baseado na solicitação de autorizações.

A rede de vias florestais é muito importante tanto na prevenção como na extinção, servindo de corta-fogos e facilitando o acesso às áreas incendiadas. A administração encarrega-se da sua manutenção.

Recomendações para afrontar um incêndio florestal:

Telefone de emergências 112.

Não deitar fora fósforos, beatas de cigarros e nem acender fogo para cozinhar fora dos lugares designados para isto.

Não depositar lixo nem nenhum outro tipo de resíduo.

Não atirar foguetes nem nenhum outro objecto que contenha fogo.

É proibido queimar matos e restos de cultivo do 1 de Julho ao 30 de Setembro.

Se está a andar a pé pelo monte e há um incêndio nos arredores:

Tente afastar-se do incêndio e deslocar-se conforme as curvas de nível, afastando-se do caminho por onde o fogo avança.

Procure a parte baixa da ladeira por detrás do incêndio.

Trate de permanecer num terreno sem vegetação ou já queimado.

Não corra para a parte superior de uma ladeira, a não ser que conheça um lugar seguro.

Não tente atravessar as chamas, salvo que veja claramente o que há por detrás delas.

Se ficar rodeado, tente proteger-se da radiação deitando-se no chão atrás de alguma rocha, tronco ou depressão. Cubra-se com terra ou areia.

Se estiver numa casa no monte e o fogo se aproximar, impedindo a sua fuga:

Deixe as mangueiras abertas e orientadas para o telhado.

Feche as portas, janelas e persianas.

Permaneça no lugar mais seguro da casa. Se tiver que sair, cubra-se para se proteger do calor radiante.

Se estiver num carro e ficar rodeado pelo fogo:

Não conduza cegamente através do fumo espesso, acenda os faróis e pisca-pisca.

Procure um lugar para ficar, onde o solo estiver limpo e o mais longe possível do incêndio.

Se tiver que sair, cubra a maior parte da sua pele.



4.4. Bloco 4: Desenvolvimento Sustentável

4.4.1. Turismo Sustentável

O turismo é uma das actividades mais relevantes economicamente a nível mundial. São muitos os benefícios que reporta, mas também são muitos os impactos negativos que pode ocasionar se não se realiza uma gestão adequada. A destruição da paisagem, a alteração dos ecossistemas, o consumo de água, solo e energia e inclusive a introdução de espécies exóticas de animais e plantas são alguns exemplos destacáveis da influência que o turismo pode exercer sobre o meio ambiente.

Na actualidade é evidente a necessidade de optar por um turismo respeitoso com o meio ambiente, que garanta a conservação dos recursos naturais e culturais, ou seja, de um Turismo Sustentável.

Partindo do conceito de desenvolvimento sustentável (relatório Brundtland), a Organização Mundial do Turismo define Turismo Sustentável como aquele que “responde às necessidades dos turistas e das regiões anfitriãs presentes ao mesmo tempo que protege e melhora as oportunidades do futuro. Está enfocado para a gestão de todos os recursos de maneira que satisfaçam todas as necessidades económicas, sociais e estéticas, e ao mesmo tempo que respeitem a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte da vida”.

O turismo sustentável concebe-se como um modelo de desenvolvimento económico para melho-

rar a qualidade de vida da comunidade receptora, facilitar aos visitantes uma experiência de qualidade e manter as condições ambientais do destino, do qual depende tanto a comunidade receptora como os visitantes. A partir destes princípios definem-se três dimensões de desenvolvimento sustentável.

Sustentabilidade ambiental, que analisa e corrige o impacto que a actividade turística produz sobre os recursos naturais.

Sustentabilidade social cultural, beneficiando à população, quanto a serviços, conservação e potenciação da identidade cultural.

Sustentabilidade económica, que garanta um desenvolvimento economicamente eficiente e que beneficie a todos os agentes do destino.

Princípios básicos do Turismo Sustentável

O desenvolvimento turístico deverá fundamentar-se sobre critérios de sustentabilidade, isto é, tem de ser suportável ecologicamente a longo prazo, viável economicamente e equitativo desde uma perspectiva ética e social para as comunidades locais.

- Exige uma gestão global dos recursos para assegurar a conservação tanto do capital natural como do cultural.
- O turismo deve contribuir à conservação, protecção e restauração dos ecossistemas.
- A actividade turística deve prever uma evolução aceitável com respeito a sua incidência sobre

os recursos naturais, a biodiversidade e a capacidade de assimilação dos impactos e resíduos produzidos.

- O turismo deve reconhecer os factores locais e apoiar a sua identidade, cultura e interesses.
- El turismo sustentável pressupõe a solidariedade, respeito mútuo e participação de todos os agentes envolvidos no processo.
- A participação dos agentes deve basear-se em mecanismos de cooperação em todos os níveis: local, nacional, regional e internacional.
- Os critérios de qualidade orientados à preservação do turismo e à capacidade de satisfação do turista, determinados conjuntamente com as comunidades locais, deverão ser objectivos prioritários na formulação de estratégias e projectos turísticos.
- Toda opção de desenvolvimento turístico deve repercutir de forma efectiva na qualidade de vida da população.
- Os organismos competentes devem promover o planeamento integrado do turismo como contribuição ao desenvolvimento sustentável.
- Deve-se impulsionar uma partilha mais equitativa dos lucros e ónus produzidos pelo turismo.
- É necessário introduzir métodos de fixação de preços que permitam a internalização dos custos ambientais.
- É preciso reorientar as ajudas ao turismo quando impliquem efeitos negativos sobre o meio ambiente.
- Convém aplicar instrumentos económicos, jurídicos e fiscais internacionais harmónicos que assegurem o uso sustentável dos recursos.
- Deve-se apoiar e promover sistemas de ges-



tão turística compatíveis com o meio ambiente.

- Devemos prestar especial atenção aos efeitos do transporte no meio ambiente.
- O desenvolvimento de instrumentos e medidas orientadas a reduzir o uso de energia e recursos não renováveis, fomentado a reciclagem e a minimização de resíduos, deve ser prioritário.
- É conveniente estabelecer códigos de comportamento para todos os agentes que intervêm no turismo.
- A informação e sensibilização sobre os princípios do turismo sustentável são indispensáveis para conseguir a conscientização da população.

Portanto, o que podemos fazer para contribuir?

O sector turístico é um sector produtivo relevante no nosso país, capaz de gerar emprego, revalorizar os produtos autóctones e impulsionar outras actividades produtivas

Escolha produtos turísticos que garantam qualidade e respeito ao meio ambiente.

Quando viajar deve ser responsável e utilizar os recursos naturais, como a água e a energia com moderação. Lembre-se que são bens escassos.

Trate de minimizar a produção de resíduos, são uma fonte de poluição. Quando quiser eliminar um resíduo, faça-o da maneira mais limpa que facilite o lugar de destino.

Quando visitar um espaço natural não o altere, tende deixá-lo como estava. Se for um lugar protegido, peça informações para saber como actuar e causar o menor impacto possível.

Quando comprar presentes e lembranças, procure produtos que sejam expressão da cultura local. Contribua com a economia das vilas que lhe acolhem e a diversidade cultural das mesmas.

Não adquira flora e fauna protegida pelo Convénio de Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Silvestres (CITES), nem produtos derivados destas espécies. É um delito e contribui com a sua extinção.

Quando chegar ao seu destino desfrute da cultura, costumes, gastronomia e tradições locais. Respeite-as e conheça-as, há muito que descobrir.

Trate de contribuir com a sua presença ao desenvolvimento de um turismo responsável e sustentável, construindo com a sua viagem um planeta mais saudável e solidário.

Não atire beatas de cigarro nem objectos de vidro pela janela do carro, pode provocar incêndios de maneira involuntária.

Quando fizer comidas grelhadas ao ar livre nos espaços naturais, preste atenção nas zonas habilitadas para esta actividade, e não se esqueça de limpar bem a zona após terminar. Evite fazê-lo em épocas de alto risco de incêndio, como no Verão.

A indústria turística depende completamente do meio no qual se desenvolve, sendo essencial um adequado equilíbrio entre a actividade e a manutenção dos recursos naturais, para não pôr em perigo o seu uso continuado no futuro. A conservação do meio ambiente e a redução do impacto sociocultural do turismo constituem, portanto, a chave do sucesso.

Como actuar quando visitar um parque natural

Não recolha minerais, rochas e fósseis quando for ao campo.

Proteja a flora e a fauna silvestre.

Quando viajar, contribua com o desenvolvimento económico e social do lugar.

Aposte pelo turismo sustentável.

Quando se deslocar não altere os ecossistemas e as espécies vegetais.

E não esqueça: não atire objectos estranhos nem insira espécies de fauna alheias ao ecossistema, já que poderia alterar a dinâmica e sustentabilidade do mesmo e provocar danos irreversíveis.

Como actuar nos deslocamentos.

O trânsito relacionado com o turismo provoca sérios danos ecológicos e contribui à mudança climática. O transporte turístico pode ser dividido em dois tipos, da residência ao destino e do destino à visita ou excursão. No primeiro tipo incluem-se os transportes em veículo privado, avião, comboio e autocarro, dos quais o carro é o mais utilizado na nossa comunidade. Os impactos que produzem serão a emissão de gases de efeito de estufa -o que contribui à mudança climática-, emissão de gases poluentes, danos à natureza e à paisagem causados pelas infra-estruturas como estradas ou estacionamento, e poluição sonora.

Nos deslocamentos curtos, se for possível, vá a pé ou de bicicleta.

Utilize os transportes públicos e pouco poluentes. Se o alojamento turístico lhe oferecer a possibilidade de transporte, deixe o seu carro no estacionamento.

Opte pelos combustíveis ecológicos.

Com uma condução responsável não só ganhará em segurança, conforto e custos de manutenção, senão que também reduzirá em 15% as emissões de CO₂. A velocidade de circulação tem de ser o mais uniforme possível, evitando acelerar e parar bruscamente; acima dos 100 Km./h multiplica-se o consumo de combustível.

Transitar com as janelas do carro abertas oferece resistência ao ar, bem como os porta-bagagens, o que aumenta o consumo de combustível.

A manutenção do veículo é fundamental, melhorará a nossa segurança e poupará energia. Os pneus devem estar em boas condições e com a pressão adequada. O bom estado do motor fa-lo-á menos poluente.

Como actuar no nosso destino.

O fogo. Com frequência em excursões ou campismo emprega-se o fogo para cozinhar ou aquecer. Deve ter muito cuidado e saber que só é permitido acender fogo em determinadas épocas do ano e somente nos lugares habilitados para isso.

Não atire fósforos ou beatas de cigarro acesas pela janela do carro.

Em vez de cozinhar no campo, leve a comida preparada de casa.

Recolha os resíduos susceptíveis de originar um incêndio como vidro, cristal, combustível...

No caso de detectar um Incêndio telefone para o número 112.

Actividades na Natureza. A sustentabilidade no meio natural e meio rural implica o estabelecimento de certos limites e condições de uso. As práticas que se realizarem têm de garantir o bom uso do recurso para que a sua possibilidade de utilização e potencial económico perdure.

Caminhada, bicicleta e equitação.

Vá sempre pelos caminhos assinalados. Não tome atalhos nem abra novos caminhos. Os atalhos contribuem à erosão. Cuidado com os campos de trabalho. Não os pise.

Respeite a flora e a fauna. Não recolha espécies de flora, já que podem estar protegidas. Não compre ou tire animais do seu habitat natural.

Não recolha materiais de interesse geológico ou paleontológico. Coleccionar rochas, minérios e fósseis prejudica gravemente os recursos da zona.

Veículos motorizados.

Responsabilidade. O barulho, os atropelos à fauna e a erosão podem ser consequências de uma utilização irresponsável deste tipo de veículos.

Usar as vias habilitadas e evitar a circulação fora delas. Em determinadas épocas do ano podem provocar incêndios.

Respeitar as restrições nos lugares protegidos.

Evitar utilizar a buzina, molesta os animais silvestres e as pessoas.

Recolha de cogumelos.

Devemos ser conscientes de que o campo é um ecossistema complexo e que uma actuação como a recolha de cogumelos pode afectá-lo se não é feita

com precaução. Há que evitar pisar e destruir, e tentar não deixar impressão visível da nossa estadia.

Os cogumelos não devem ser arrancados, devem ser cortados com uma faca ou navalha afiada e evitar prejudicar a capa vegetal onde se assenta o micélio. Isto possibilitará a aparição de mais cogumelos nos anos sucessivos.

Os exemplares que não puderem ser aproveitados por estarem estragados, alterados ou passados devem ser deixados no lugar para a sua expansão.

Para a armazenagem e transporte dos cogumelos não utilize sacos senão cestas de vime, pois permite a ventilação e eliminação das esporas.

4.4.2. Agricultura e pecuária ecológica

O que é a Agricultura e Pecuária Ecológica?

Trata-se de uma forma de produção de alimentos de qualidade, que se baseia no uso eficiente dos recursos da zona produtiva, respeitosa com o meio ambiente e que, portanto, contribui à conservação dos nossos recursos naturais e à biodiversidade.

Práticas habituais na Agricultura Ecológica.

O solo e a fertilização.

Para manter ou melhorar a fertilidade e a actividade biológica do solo utilizam-se adubos orgânicos como esterco, terriço, restos de colheita e purina, também adubos inorgânicos que sofreram tratamentos físicos (fosfatos naturais, enxofre...). Não poderá ser utilizado nenhum fertilizante químico.

A sementeação de leguminosas introduz nitrogénio ao solo, pois estas plantas possuem nódulos nas raízes onde abundam bactérias nitrificadoras que fixam nitrogénio atmosférico.

As minhocas, os insectos e pequenos mamíferos arejam o terreno de forma natural. É especialmente importante a contribuição das minhocas na adubação do solo, já que uma vez metabolizada a matéria orgânica que ingerem, devolvem-na ao terreno, enriquecida com nitrogénio, fósforo e potássio muito importantes na nutrição vegetal.

Ao cortar a relva e deixá-la em forma de acolchoado na superfície dá lugar à conservação da humidade e a protecção dos habitantes do solo.

Como se controlam as pragas e doenças.

A luta contra as ervas daninha estará baseada na prevenção mediante a rotação de cultivos, as ceifas repetidas e medidas de controlo como a monda mecânica, térmica ou acolchoada.



É prioritária a utilização de espécies vegetais adaptadas ao lugar de produção, oferecendo, portanto, maior resistência às doenças.

O uso nos cultivos de substâncias sintéticas, para o controlo de pragas e doenças, está muito limitado.

Não poderão ser utilizados organismos alterados geneticamente.

A Rotação de Cultivos

O princípio seguido é que não se devem cultivar as mesmas plantas sempre no mesmo lugar. Para evitar que o solo se esgote, alternam-se cultivos de plantas de diferentes famílias com requerimentos nutricionais diferentes, no mesmo lugar e durante ciclos diferentes. Desta maneira aproveita-se melhor o adubo, além de originar um maior controlo sobre as ervas daninhas, as pragas e as doenças. Se uma doença afecta a um cultivo, ao mudá-lo por outro de características diferentes a doença não se perpetua.

A Associação de Cultivos

Consiste em plantar, em pouca distância, duas ou mais espécies no terreno para que estabeleçam relações competitivas e complementares entre elas. É o caso de espécies vegetais que se complementem quanto à obtenção de água e nutrientes, uma que possua raízes superficiais e outra que tenha raízes profundas; um cultivo assim aproveita os recursos hídricos e nutricionais com mais eficiência. Outra vantagem é o controlo das pragas usando plan-



tas que sirvam quer de repelente de insectos quer como planta secundária para proteger os cultivos principais, atraindo os insectos-praga para si.

Práticas habituais na Pecuária Ecológica.

A alimentação.

A alimentação do gado deve estar destinada a cobrir as suas necessidades, garantindo a qualidade da produção e não a de aumentá-la até o máximo. Portanto, não poderão ser utilizados na alimentação do gado nenhum tipo de aditivos ou substâncias cuja finalidade seja estimular o crescimento da produção, como também hormonas para o controlo da reprodução. Os sistemas de criação se basearão na utilização máxima dos pastos (pelo menos 60% da matéria seca por forragens), conforme apareçam ao longo do ano. As rações dos animais deverão ser provenientes da agricultura ecológica. E deverão utilizar-se recursos in situ, e não insumos externos.

O manejo.

O gado em todo momento deverá desfrutar de espaços abertos e tratamentos adequados para o seu bem-estar e bom desenvolvimento. As instalações

destinadas ao alojamento dos animais estarão bem ventiladas e iluminadas, tendo uma superfície mínima suficiente por animal. Quando for necessário transportá-los, se carregará e descarregará com precaução de maneira que o stress gerado seja mínimo. Os animais deverão ser de raças autóctones adaptadas ao lugar, sendo mais resistentes às doenças.

Benefícios:

Para o Consumidor.

- Os alimentos assim obtidos têm a garantia de não conter aditivos químicos que possam prejudicar a nossa saúde no futuro.
- A inexistência de alterações genéticas elimina a possibilidade de gerar reacções nocivas no nosso organismo ou para o meio ambiente.
- A forma de cultivo repercute no resultado final. As características organolépticas dos produtos ecológicos são excelentes. Às vezes encontramos no comércio produtos não ecológicos com óptima presença mas insípidos ao paladar.

Para o desenvolvimento rural.

São muitos os consumidores que hoje em dia exigem alimentos de qualidade obtidos com técnicas não agressivas para o meio natural, representando uma boa oportunidade para o desenvolvimento das zonas rurais. As paisagens que resultam desta forma produtiva são muito mais atraentes, originando um valor acrescentado e conseguindo valores socioeconómicos adicionais.

Para o meio ambiente.

Para além dos benefícios que os produtos ecológicos reportam ao consumidor, são muitos os aspectos positivos que concede ao meio ambiente.

Para a biodiversidade.

- Ao longo do tempo as espécies animais e vegetais foram adaptando-se às condições ambientais do lugar onde habitam. A agricultura e a pecuária ecológica contribuem à conservação de variedades que actualmente estão gravemente ameaçadas.
- Estas práticas agrícolas contribuem indirectamente a preservar espécies que embora não tenham um objectivo comercial, são importantes desde o ponto de vista da biodiversidade, colaborando inclusive em alguns casos à recuperação de espécies ameaçadas. A criação de sebes para delimitar as propriedades contribui a criar habitats apropriados para as várias espécies.
- O emprego de esterco origina um aumento na variedade de organismos de decomposição como microorganismos, insectos, minhocas...
- A vida animal e vegetal beneficia-se do uso de métodos de controlo naturais como a introdução de plantas e organismos em vez de pesticidas para combater pragas e doenças.
- Existem estudos que asseguram que a agricultura ecológica contribui a mitigar a mudança climática devido ao uso dos próprios resíduos orgânicos para a geração de energia e a fixação de carbono no solo.

Para o solo.

- A plantação de sebes e prados evita a erosão.
- O uso de esterco melhora substancialmente a sua estrutura e fertilidade.
- O emprego de diversas variedades de ervas destinadas ao pastoreio evita a sobreexploração do terreno, o que ajuda na sua recuperação e protege da perda de nutrientes.
- Evitando os pesticidas e adubos químicos, prevenimos a poluição dos solos.
- Aumenta o número de organismos benéficos para os cultivos.

Para a água.

- A manutenção de sebes, prados e vegetação existente além de evitar a erosão do solo, evita a perda de água por escoamento.
- A melhora do solo na sua estrutura e a capacidade de retenção de água aumenta devido à melhora da estrutura do solo graças à selecção vegetal adequada e ao uso de fertilizantes orgânicos.
- Os sistemas de irrigação responsáveis como o gotejamento contribuem significativamente à poupança.



- Por outro lado, a não utilização de produtos químicos, previne a poluição de águas subterrâneas por infiltração e a contaminação das vias fluviais.

No Cordão verde existem condições naturais que favorecem a obtenção de produtos ecológicos. A existência de raças autóctones adaptadas ao lugar joga um papel fundamental no desenvolvimento da pecuária ecológica devido à sua adaptação ao meio e à sua resistência às doenças. As explorações de gado extensivas e vinculadas ao território podem facilmente transformar-se em pecuária ecológica porque já desenvolvem muitas das práticas que o regulamento exige. As parcelas que queiram destinar-se à produção ecológica terão que passar um período denominado de conversão que será de dois anos prévios para a sementeira ou para a alimentação de animais.

A reforma da Política Agrária Comum e os Programas de desenvolvimento rural estão orientados a fomentar as produções de qualidade unidas ao território e compatíveis com o meio ambiente.

As normas que regulam este método de produção estão reunidas no Regulamento (CE) 2092/91 sobre a produção agrícola ecológica.

O cumprimento deste regulamento voluntário implica que a produção e elaboração destes alimentos esteja controlada por um organismo de controlo (auditor) autorizado pela administração competente para operar na região correspondente. No caso de Andaluzia a administração competente é a Junta de Andaluzia, concretamente a Conselheria de Agricultura através da sua Direcção Geral de Agricultura Ecológica.





5. NORMAS DE BOAS PRÁTICAS PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



- Aproveite a luz natural como fonte de iluminação e calor.
- Reutilize e recicle o máximo possível.
- Consuma a energia eléctrica necessária, sem esbanjar.
- Separe os seus resíduos e leve-os ao contentor ou Ponto Verde adequado.
- Não utilize o carro se não for necessário.
- Não utilize os electrodomésticos com meia carga.
- O barulho também é uma forma de poluição. Tente diminuí-lo.
- Pratique medidas para poupar água.
- Regule o sistema de refrigeração (ar condicionado e aquecedor) para uma temperatura óptima.
- Consuma produtos ecológicos.

5.1. Desenvolvimento das medidas para atingi-lo

5.1.1. Gestão de recursos

Iluminação.

- Utilizar luz natural sempre que for possível.
- Substituir as lâmpadas incandescentes por outras economizadoras.
- Não manter as luzes acesas nos espaços não ocupados, corredores e áreas pouco utilizadas.

Energia.

- Apagar os aparelhos eléctricos quando não se utilizarem, evitando a posição “stand by”.
- Escolher electrodomésticos de classe A, cujo consumo energético é o mais eficiente.
- Não utilizar as máquinas de lavar roupa e lavar louça com meia carga.

Ar condicionado e aquecedor.

- Utilizar o ar condicionado a uma temperatura não inferior a 24°C no Verão.
- Instalar toldos ou persianas exteriores para evitar a insolação directa.
- Escolher cores claras para os tectos e paredes exteriores que reflectam o sol e, portanto, evitem o aquecimento dos espaços interiores.
- Utilizar o aquecimento a uma temperatura não superior a 20°C no Inverno.
- Aproveitar a luz natural, que é uma fonte de calor gratuita durante o Inverno.

Equipamentos informáticos.

- Comprar computadores, fax e impressoras cujos componentes sejam recicláveis.
- Utilizar cartuchos de tinta recarregáveis e reciclar como resíduo perigoso os cartuchos de to-

ner de fotocopiadoras e impressoras.

- Configurar o fundo de ecrã do computador no modo “Fundo de Ecrã Preto”, já que é o único modo que poupa energia.

Água.

- Evitar gotejamentos.
- Colocar difusores e limitadores de pressão nas torneiras.
- Colocar mecanismos de dupla descarga no autoclismo, autoclismo de baixo consumo ou de capacidade limitada.

5.1.2. Consumo de produtos

Papel.

- Utilizar papel ecológico e/ou reciclado.
- Imprimir o papel pelos dois lados.
- No lugar de trabalho, realize campanhas por correio-electrónico e edite as publicações e relatórios em formato electrónico.

Limpeza.

- Utilizar produtos de limpeza ecológicos.

Alimentação.

- Comprar produtos provenientes da agricultura e pecuária ecológicas.

5.1.3. Gestão de poluição e resíduos

Resíduos.

- Colocar contentores de separação de resíduos.
- Não utilizar indiscriminadamente o escoadouro para deitar fora os resíduos.
- Evitar ao máximo os produtos ou embalagens de usar e deitar fora, sobretudo os plásticos, as latas e os aerossóis, pois é muito complicada a sua biodegradação.
- Uma vez estragadas, consertar as coisas em vez de deitá-las fora e comprar outras novas. Em qualquer caso podem ser utilizadas de novo, ofereça-as a pessoas que possam estar a precisar.
- Levar ao Ponto Verde os resíduos perigosos ou de grande volume, para os quais não exista um recipiente específico na via pública.

Emissões atmosféricas.

- Realizar os nossos deslocamentos de preferência a pé, de bicicleta ou de transporte público.
- No caso de ser imprescindível utilizar o carro para ir ao trabalho, compartilhá-lo com os trabalhadores da mesma empresa ou de outras próximas, cujos deslocamentos sejam compatíveis tanto pela rota como pelo horário.

Barulhos.

- Realizar uma boa manutenção do veículo, principalmente do silenciador.
- Utilizar a buzina somente nos casos de grande necessidade.
- Nas nossas actividades de lazer, evitar a produção de barulho que possa incomodar os nossos concidadãos.



6. SEPARATA: CONCLUSÕES DO I SEMINÁRIO CORDÃO VERDE PARA O SUDOESTE DA PENÍNSULA IBÉRICA

6.1. I Edição: Turismo Sustentável

Data: 30 de Outubro de 2009

Lugar: Reserva de El Castillo de las Guardas (Sevilha).



Planeamento geral:

O objectivo do seminário de “Turismo Sustentável” era a criação de uma rede de cooperação entre Grupos de Desenvolvimento Rural (GDR) e Planos de Turismo Sustentável (PTS), orientados a trabalhar para conseguir um Turismo respeitoso com o meio natural, cultural e social, e com os valores da nossa comunidade. Desta maneira estruturou-se uma programação de trabalho que consistia na possibilidade de desenvolver um Turismo Sustentável sobre a base da iniciativa de Cordão Verde. Nesta linha, é evidente estabelecer uma política de actuação comum para um território comum, ponto de partida para tratar do Turismo Sustentável da zona.



Participantes:

- Associações de Empresários Turísticos da zona:
 - Associação de Empresários da Vía de la Plata.
 - Associação de Empresários de Casas Rurais da Cuenca Minera Tinto – Odiel.
- Planos de Turismo Sustentável:
 - Plano de Dinamização Turística de Beturia.
- Entidades colaboradoras:
 - Associação Interprovincial de Municípios para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável da Faixa Pirítica.
- Associações e Grupos de Desenvolvimento Rural participantes no projecto Cordão Verde:
 - GDR Corredor de la Plata.
 - GDR Aljarafe Doñana.
 - GDR Cuenca Minera de Riotinto.
 - GDR Andévalo Ocidental de Huelva.
 - Associação Terras do Baixo Guadiana.
 - Associação In Loco

Sinopse do Seminário:

O Seminário de trabalho iniciou-se com as palavras de boas vindas do Gerente do GDR Corredor de la Plata, Grupo Coordenador de Cordão Verde, que expôs brevemente a trajectória do Projecto de Cooperação Transfronteiriço Cordão Verde para o Sudoeste da Península Ibérica. A seguir o anfitrião e proprietário da Reserva Castillo de las Guardas apresentou o seu projecto empresarial

partindo do início, há dez anos, e finalizando com as perspectivas de futuro.



Depois, iniciou-se a mesa de trabalho, que partiria de uma série de propostas de medidas e acções cujas linhas básicas seriam a cooperação e trabalho em rede, a sensibilização e conscientização para a população, e a responsabilidade e compromisso do empresário turístico.

As contribuições dos Grupos de Desenvolvimento Rural e Associações membro do Cordão Verde giraram em torno da necessidade de colaboração entre os diversos agentes (Administração, associações, GDR e empresários) envolvidos no desenvolvimento de um Turismo Sustentável. Insistiu-se na singularidade dos territórios do sudoeste peninsular e a oportunidade imelhórável que tinham para aproveitá-lo. Serviu como exemplo o turismo mineiro, como uma alternativa nas zonas degradadas pelas actividades extractivas, que estava a conseguir bons resultados.

Todos consideraram que, apesar da heterogeneidade e recursos do território de Cordão Verde, não existia uma oferta de produtos nem ampla nem variada. Propôs-se a criação de produtos turísticos temáticos, sustentáveis e de carácter multinacional, acompanhados por campanhas de sensibilização dirigidas a promotores turísticos. Para isso, primeiro deveriam ser encontrados pontos de conexão que dessem corpo a estes produtos, baseados em recursos sustentáveis. Lançou-se a ideia de tomar como base a água, para depois tematizar e vertebrar o território através das diferentes bacias. Também deveria contar com o apoio de uma rede de estabelecimentos e empresas de educação e animação ambiental.

Comentou-se, também, a incapacidade para competir com determinadas ofertas turísticas das imediações, como as dos Parques Naturais, de maneira que as propostas de produtos deveriam pretender completar o já existente.

Destacou-se a necessidade de apresentar o Turismo Sustentável como uma nova forma de fazer turismo, não como a oposição ao turismo de massas e de litoral. Todos coincidiram na importância de escutar as inquietudes e pretensões dos empresários, para poder dar resposta a suas necessidades. Para isso propôs-se a constituição de Mesas de Trabalho.

Nessa linha, sugeriu-se a localização de empresários eco-responsáveis para criar uma carta de compromisso e ligá-la a uma marca relacionada com produtos sustentáveis concretos.

Por último, salientou-se a oportunidade que tinha o Cordão Verde para desenvolver um projecto de qualidade, que pudesse ser retomado pelas entidades públicas e privadas do território, além da existência ou extinção da Iniciativa de Cooperação Transfronteiriça.

Por outro lado, os Planos e Iniciativas de Turismo Sustentável apoiavam o planeamento e desenvolvimento de projectos com os GDR. Também mencionaram o seu papel como instrumentos de sinergia e desenvolvimento das suas respectivas regiões, quadrando conjuntamente os esforços dos promotores privados e das Administrações Públicas. Para além disso, opinaram que toda rede de estabelecimentos adscritos a um produto turístico deveria estar identificada com uma marca, quer a nível de qualidade quer de identidade.

As Associações empresariais lamentaram a escassa cultura associativa do território, que repercute no difícil funcionamento das mesmas, bem como a falta de coordenação entre as Administrações. Consideraram que era primordial que as próprias Câmaras Municipais tivessem uma estratégia de actuação definida, para poder apos-

tar depois pela coordenação intermunicipal. A partir daí, seria possível pensar na criação de um produto turístico, concreto e global, do qual se criassem subprodutos que, baseados na sustentabilidade, abrangessem todo o território.



Conclusões:

- Unificação de posturas no que se refere ao estabelecimento de escutar a oferta turística quanto as suas inquietudes e pretensões. É importante fortalecê-la e respaldá-la. Para isso, propõe-se organizar mesas de trabalho com empresários locais.
- Deve-se criar e propiciar a oferta turística para que perdure, mesmo depois do Cordão Verde.
- Importância do fomento do associacionismo.
- Criação de uma rede de trabalho entre as entidades do território que trabalhem para conseguir um turismo sustentável, de qualidade, temático e diferenciado.

6.2. II Edição: Produção Ecológica

Data: 12 de Fevereiro de 2010

Lugar: Complexo Turístico Ardea Purpurea (Villamanrique de la Condesa, Sevilha).



Planeamento geral:

O Seminário estabelece-se como um encontro de trabalho que persegue a constituição de um modelo de cooperação interterritorial entre os Grupos de Desenvolvimento Rural e os agentes do território de Cordão Verde do Sudoeste Peninsular vinculados à produção ecológica (técnicos dos Escritórios Regionais Agrários, produtores e consumidores de produtos ecológicos, Associações regionais ou locais de agricultores e pecuários ecológicos, etc.).

Participantes:

- Escritórios Regionais Agrários:
 - Escritório Regional Agrário Poente de Sevilha.
- Produtores Ecológicos Locais e Associações:
 - Campos Carnes Ecológicas, S.L.
 - Olivar Ecológico.
 - Transformaciones Labastrera
 - Asociación Onubense para la Defensa y el Fomento de la Agricultura y Ganadería Ecológicas (HUECO).
- Entidades colaboradoras:
 - Associação para a Defesa do Património de Mértola.
- Associações e Grupos de Desenvolvimento Rural participantes no projecto Cordão Verde:
 - GDR Corredor de la Plata.
 - GDR Aljarafe Doñana.
 - GDR Cuenca Minera de Riotinto.
 - GDR Andévalo Occidental de Huelva.
 - Associação Terras do Baixo Guadiana.
 - Associação In Loco.

Sinopse do Seminário:

O Seminário iniciou-se com as palavras de boas vindas do Gerente do Grupo de Desenvolvimento Rural Corredor de la Plata, grupo coordenador do Cordão Verde, que expôs brevemente a trajetória do projecto, desde os seus inícios em Portugal em 1995.

A seguir realizaram-se duas conferências: a pronunciada pelo Director do Escritório Regional Agrário Poente de Sevilha, e a correspondente ao Gerente da Campos Carnes Ecológicas S.L. A primeira delas versou sobre a situação da Produção Ecológica na nossa região, a importância do seu papel a nível nacional e internacional, as vantagens destas práticas em relação às convencionais e o impulso que desde a Administração Autonómica tem-se dado através de políticas como o Plano Andaluz de Agricultura Ecológica, que enfrenta agora a sua segunda edição, de 2007 a 2013.



A empresa Campos Carnes Ecológicas S.L. expôs a sua experiência no sector, o seu método de trabalho, os problemas que enfrentaram no começo e aqueles que ainda perduram até hoje, bem como as suas ideias para o futuro.

As intervenções das Associações e Grupos de Desenvolvimento Rural do Cordão Verde orientaram-se para a necessidade de promover campanhas de conscientização e divulgação que

fomentem o consumo de produtos ecológicos entre a população, além de apoiar os mercados locais, nos quais a proximidade do produtor e do consumidor baixaria os custos de transporte e, por tanto, o preço final. Ressaltou-se a ideia de que num mercado muito afastado do consumidor, os custos de transporte elevados fazem que o produto ecológico deixe de ser sustentável.

Um inconveniente que o consumidor encontra nos produtos ecológicos é a impossibilidade de adquirir a cesta da compra completa. Para evitá-lo propõe-se incentivar os mercados locais, nos quais chegaria uma maior variedade de produtos, graças à proximidade do produtor. Também se mencionou a situação de outros países como a Alemanha ou a Itália, muito avançados neste campo, onde a imagem de marca da produção ecológica é excelente e a grande maioria da população está concientizada. Seria conveniente tomar como referência estes países e realizar estudos destinados a incentivar o consumo, partindo da experiência alemã e italiana.

Quanto ao consumo social (consumo de produtos ecológicos nos hospitais, colégios, etc.), apareceram posturas contrárias, pois enquanto alguns o consideravam adequado para impulsionar a demanda interna, outros opinavam que por um lado se abastecia às instituições, mas por outro, ficava desabastecido o resto da população, já que a produção actualmente é limitada.

As Associações Portuguesas propuseram a realização de uma Feira Transfronteiriça de produtos ecológicos, em duas localidades diferentes: Sanlúcar de Guadiana (Espanha) e Alcoutim (Portugal), para difundir as actuações do Cordão Verde na linha da Produção Ecológica, e converter-se no colofão do projecto de cooperação.

Apostou-se pela criação de um portal web que, além de sensibilizar, se convertesse em um mercado local virtual. Assim mesmo, propôs-se a necessidade de apoiar aos produtores em general e às mulheres em particular, e aumentar o atendimento sobre as hortas locais.

O Escritório Regional Agrário destacou o trabalho que as diversas Conselherias estão a realizar em pró do desenvolvimento da produção ecológica e atribuiu aos GDR a missão de fomentar o consumo, incentivar o mercado local e promocionar os produtos.

Outra contribuição interessante foi a da entidade colaboradora, que propunha ampliar o marketing dos produtos ecológicos, orientando-o não só à alimentação, senão também a outros sectores como o terapêutico ou o cosmético. Outra via a explorar seria o uso dos produtos ecológicos pelo sector da restauração, que reportaria benefícios de imagem aos estabelecimentos e atrairia a novos clientes.



Os empresários e associações coincidiram em que as campanhas de conscientização deviam ser realizadas pelos GDR, já que eles não contam com recursos suficientes para assumí-las. Não obstante, deveria existir previamente um mercado capaz de abastecer à procura. Reivindicaram a existência de um ponto de encontro entre consumidores e produtores, além das feiras; por isso propunham a criação de um portal web onde se informasse dos pontos de venda e produtos ofertados, e onde pudessem visualizar a procura da população. Por último, é fundamental que os GDR pressionem à Administração para modificar o actual plano normativo sanitário.

Conclusões:

Actuações sobre a OFERTA:

- Formação e informação aos produtores.
- Criação de um trabalho em rede entre os produtores das regiões, com intenção de detectar as carências e necessidades do sector.
- Promoção de mercados locais mediante a celebração de feiras, mostras, etc.
- Criação de um ponto de encontro virtual para incentivar a produção local.
- Transferências de experiências.
- Fomento do associacionismo.
- Fomento de hortas familiares ou municipais que permitam recuperar e conservar alimentos tradicionais.

Actuações sobre a PROCURA (para a população infantil e adulta):

- Campanhas de sensibilização sobre a população (workshop, palestras informativas, etc.). Fomento do consumo social.
- Impulso dos mercados locais através da informação ao consumidor.
- Publicação de material noticiário e pedagógico a respeito dos benefícios dos produtos ecológicos sobre a saúde e meio ambiente, dirigido preferencialmente a educadores, organismos públicos, associações, etc.
- Promoção sobre o sector comercial local para que comercializem produtos ecológicos.

Actuações dirigidas às ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS:

- Pressão institucional sobre a normativa restritiva para a pequena indústria.



Manual de Práticas Sustentáveis de Cordão Verde

FINANCIA



PROMOVE



COORDENA



COLABORAM

